

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS SOCIAIS**



Ilustração: “Of the female gaze”, de Sarah Wilkins para Los Angeles Times.

**“MÃE É MÃE”: O ESTEREÓTIPO DA MATERNIDADE NA CRIMINALIZAÇÃO  
DE MULHERES POR ABORTO E POR CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO**

**Domenique Assis Goulart**

**Porto Alegre**

**2018**

Domenique Assis Goulart

**“MÃE É MÃE”: O ESTEREÓTIPO DA MATERNIDADE NA CRIMINALIZAÇÃO  
DE MULHERES POR ABORTO E POR CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharel em Ciências Jurídicas  
e Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Chiari  
Gonçalves.

Porto Alegre

2018

Domenique Assis Goulart

**“MÃE É MÃE”: O ESTEREÓTIPO DA MATERNIDADE NA CRIMINALIZAÇÃO  
DE MULHERES POR ABORTO E POR CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a obtenção  
do grau de bacharel em Ciências Jurídicas  
e Sociais.

Aprovada em \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Vanessa Chiari Gonçalves (Orientadora)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Motta Costa

---

Professor Dr. Pablo Alflen

## AGRADECIMENTOS

A rede de afeto que me ampara e me alavanca é extremamente rica, densa e potente. Evidentemente, quaisquer linhas que eu possa escrever aqui seriam insuficientes e incapazes de expressar a gratidão que devo àquelas pessoas que me compõem. Devo aos meus afetos nada menos do que aquilo que sou. De antemão, elucido que, apesar de conseguir apontar e individualizar muitas dessas pessoas, outras tantas ficarão de fora e sei que são também, em alguma medida, responsáveis por muito de minha trajetória. Apesar da monografia ser uma escrita pontual na graduação, é aqui que se materializa e concretiza o fim desse processo, desse percurso. É, portanto, aqui que cabem também os agradecimentos a quem me possibilitou estar firme e em progresso nesses cinco anos e meio.

Acima de qualquer outra pessoa, agradeço a Rita, minha mãe: “ninguém te avisou que as mulheres cujos os pés foram impedidos de correr dariam à luz filhas com asas” (Ijeoma Umebinyuo). Talvez a centralidade da figura dela em minha vida tenha sido um dos fatores que inclusive motivou a temática dessa monografia. Seu exercício de maternidade rompe com as obviedades, idealizações e imposições sociais. Sua forma desde sempre sensata, leal, crua, intensa, afetuosa e responsável forjou nossos laços. Mas, acima de tudo, forjou quem eu sou. Sua garra e senso de justiça impulsionaram e alicerçaram a mulher que me tornei. Meu mais profundo afeto e minha mais intensa admiração por essa leoa que tem tanta potencialidade e tanto sentimento no peito.

Minha família e o ambiente que ela me proporcionou também tiveram evidente influência na construção da minha subjetividade. Agradeço meu pai por todo o carinho, propulsão, admiração e, acima de tudo, por ter me gerado e proporcionado meu amadurecimento dentro de uma família tão afetuosa. Agradeço as matriarcas das famílias, minhas avós, Ângela e Alice, que, com seus sorrisos e afetos, com seus elogios e (poucas) repreensões, seus cuidados e ensinamentos, muitos valores me passa(ra)m. Apesar da pouca frequência com que as vejo, sinto que aquilo que me trouxeram e trazem, desde a infância, repercute e faz de mim quem eu sou. Também devo muito às tias Simone e Cristina, por toda dedicação na minha criação e por serem mulheres tão firmes e resistentes. Agradeço todo o carinho e carisma das tias Denise e Simone.

O convívio diário com meu irmão, Douglas, e com Dutí, meu padrasto, alicerçam de maneira firme a base que me sustenta. Não fosse toda a contribuição, todo o amparo, todos os sorrisos, todas as críticas e todos os infindáveis atos que facilitam minha vida, jamais teria

conseguido me graduar e acessar os espaços que acessei. Ademais, as trocas cotidianas e a leveza que eles proporcionam na minha vida também são fulcrais para minha estabilidade emocional e para a cumplicidade e respeito familiares que tecemos dentro do nosso lar. A vocês, meu muito obrigada por todo o cuidado diário e por serem pessoas profundamente generosas, incríveis, sensatas, justas e potentes.

Agradeço de todo o coração a Andressa Ribas por toda a troca entre nós. Nossa cumplicidade e afetividade potencializaram e respaldaram momentos cruciais em nossas trajetórias. A sua constante presença nos últimos tempos foi imprescindível no período enfrentado na conclusão da graduação. A amizade que construímos conferiu valor e significado a muito do que vem sendo vivenciado por nós duas, seja em nossas individualidades, seja no laço conjunto. A Dessa, em sua maneira carismática, afetuosa e inteligente de ser, se tornou aquele espaço de responsabilização, de potencialização e de amorosidade frequente em minha vida, o que se intensificou nesse último ano. Sua leitura atenta a essa monografia e nossas constantes discussões foram extremamente relevantes ao desfecho da graduação e às repercussões disso. Não fosse ela, nem sei o que seria de mim.

Obrigada a Ana Carolina, irmã que escolhi na vida e companheira de percurso há mais de uma década. Referências da adolescência e impulsionamentos de longe fizeram repercutir muita alegria e riqueza nesses anos. Nosso laço permanente e sincero faz estar presente raízes longínquas, cujo valor é imensurável. Seu riso e sua forma espontânea de ver a vida, sua dedicação e intensidade, sempre me foram raridades e preciosidades.

Jamais terei palavras para agradecer o quanto a Laura Gigante representa na minha vida. Para além de uma amizade profunda e incrível que temos, a Laura me foi referência para o abrir de portas antes nunca cogitadas. Assim como outras amigas próximas, as contribuições acadêmicas que ela me proporcionou foram cruciais. Contudo, nosso compartilhamento de crenças e sentidos de justiça nos proporcionou imersões intensas em nós mesmas, em nosso laço e também em rumos acadêmicos, na fundação da GRITAM, em atendimentos, em escrita de artigos, na viagem para o Rio de Janeiro. Queimamos muitos mapas juntas para traçar novas estradas.

Um agradecimento em especial à Bruna Martello, essa mulher tão intensa, genial, criativa, afetuosa, potente e generosa. O apego e a admiração que tenho por ela me alavancou muitas vezes na vida. Seu riso genuíno e sua espontaneidade face às adversidades do mundo tornaram tudo infindavelmente mais leve em várias ocasiões. A amizade que construímos

permanece forte e cada vez mais profunda. Além disso, seu lado artístico traz todo um brilho raro que encanta e mobiliza os afetos.

Queria ainda tecer agradecimentos especiais à Diana Viana, por toda a lealdade, sensatez, sendo de justiça, amorosidade e potência; à Aretha por ser essa mulher maravilhosa e por partilhar o momento da colação comigo, assim como a Giulia Santin, amiga que tanto admiro e que vi amadurecer e se tornar uma mulher tão profunda e poderosa; à Eduarda Garcia pela referência mútua e por ser essa pessoa tão profunda, responsável e brilhante. Ainda, não posso deixar de mencionar a Juliana Horowitz, essa mulher-universo-potência que é uma explosão de genialidade, intensidade, sorriso, afeto, luz e cor.

Meu muito obrigada também à Mariana Vivian, essa mulher incrível com quem tive a honra de construir um laço tão carinhoso e forjado com tanto respeito e admiração, que tenho certeza que perdurará no tempo e que se manterá potencializando-os mutuamente. Obrigada ao Pedro Henrique, pelo acolhimento, impulso e por ser essa pessoa tão maravilhosa e generosa. Ao Bruno Cardoso por toda arte, resistência, amorosidade, brilhantismo e carisma, por todos os abraços e risos.

Especificamente dentro da trajetória dentro do Direito, serei eternamente grata ao SAJU e ao significado que ele conferiu a minha graduação, ao longo de cerca de quatro anos de atuação nesse espaço de extensão universitária, dentro do G10 - Assessoria à Juventude Criminalização, e na formação e construção da GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres. A experiência da pesquisa também me foi um divisor de águas, mormente em relação à possibilidade de ter sido bolsista de iniciação científica pelo Núcleo de Pesquisas em Direito Penal e Criminologias. Não fossem tais experiências paradigmáticas, os sistemas jurídicos teriam outros escopos, outros tons e outras formas para mim.

Para além de agradecimentos protocolares e formalistas, tenho o sentimento genuíno de gratidão à minha orientadora, Vanessa Chiari, a quem jamais conseguirei agradecer suficientemente por toda a acolhida e por toda a referência. A existência de professoras como ela fazem ser possível que mulheres como eu se enxerguem em espaços jurídicos e os disputem. Torna concreta, mais do que isso, a possibilidade de uma trajetória crítica e bem sucedida a partir de uma perspectiva crítica. Como já disse anteriormente, para mim, a Vanessa é a materialização de uma “radicalidade amorosa”, por conjugar esse lugar progressista e crítico com um acolhimento, atenção e afeto nos laços interpessoais. As alavancas, instigações e sorrisos que dela recebi merecem um sem número de agradecimentos, os quais não cabem nestas curtas linhas.

E, para encerrar esses agradecimentos, antes das cortinas se fecharem e aguardarmos os aplausos, agradeço ao Gabriel Yordi, inclusive pela leitura e revisão desta monografia. Praticamente tão longínqua em minha vida quanto a própria graduação, sua presença foi paradigmática em aspectos tão determinantes que nem sou capaz de mensurá-los. Após diversas formas de presença, acredito que estou certa ao afirmar que jamais deixaremos de ser um pilar essencial um na vida do outro. Meu mais profundo obrigada por todo o afeto e respeito, por todo o companheirismo e câmbio. Imensamente grata por ser a pessoa mais responsável e bonita que conheço na vida, por ter me dado a honra de desfrutar desse espetáculo particular que foi a relação que construímos. Enfim, “ façamos de nossas vidas pequenos diamantes na poeira do espaço”.

## RESUMO

O presente trabalho busca investigar os estereótipos da maternidade no julgamento de mulheres criminalizadas no Rio Grande do Sul, tendo como enfoque a análise dos crimes de aborto e de crimes comissivos por omissão. Para tanto, abordam-se inicialmente teorias de gênero e a ideia de imagens externamente definidas que tem como o escopo o controle de grupos dominados. A maternidade, nesse sentido, se revela como uma imagem que controla e explora as mulheres, a qual se engendra à criminalizações de mulheres. Percorre-se, outrossim, a teoria das representações sociais, buscando demonstrar a sua influência no sistema jurídico e nos julgamentos concretos, refutando-se a pretensa e falaciosa neutralidade do direito. A partir das bases teóricas interdisciplinares, investiga-se julgados dos delitos de aborto e omissão imprópria em que mulheres são criminalizadas, depreendendo-se que diversas posturas judiciais perpetuam paradigmas estigmatizantes e avalizam violações de direitos.

**Palavras-chave:** aborto; crimes omissivos impróprios; maternidade; gênero; violação de direitos.



## **ABSTRACT**

This study aims to investigate the stereotypes of motherhood in the trial of criminalized women in Rio Grande do Sul, focusing on the analysis of abortion crimes and commissive crimes by omission. In order to do so, we initially approach theories of gender and the idea of externally defined images that have as the scope the control of dominated groups. Maternity, in this sense, reveals itself as an image that controls and exploits women, which engenders the criminalization of women. In addition, the theory of social representations is sought to demonstrate its influence in the legal system and in concrete judgments, refuting the pretended and fallacious neutrality of law. From the interdisciplinary theoretical bases, judicial decisions about abortion and improper omission in which women are criminalized are investigated, being deduced that diverse judicial positions perpetuate stigmatizing paradigms and support violations of rights.

**Keywords:** abortion; improper crimes; maternity; genre; violation of rights.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Capítulo 1. GÊNERO COMO PRESSUPOSTO ANALÍTICO</b> .....	14
1.1. Gênero enquanto categoria de análise .....	14
1.2. A função das Imagens externamente definidas .....	21
<b>Capítulo 2. A MATERNIDADE COMO IMAGEM CONTROLADORA</b> .....	27
2.1. “Mãe é mãe”: a maternidade como um estereótipo imposto às mulheres .....	27
2.2. The Handmaids’s Tale .....	33
<b>Capítulo 3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO PENAL</b> .....	39
3.1. Diálogos entre Representações sociais e o Direito .....	39
3.2. O imbricamento de representações sociais de gênero ao poder de punir e de julgar ...	44
<b>Capítulo 4. ANÁLISE EMPÍRICA DOS JULGADOS</b> .....	48
4.1. Os casos de aborto .....	48
4.2. Os casos de crimes comissivos por omissão .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	70

## INTRODUÇÃO

Entendendo que o direito penal, ante sua incisiva interferência na vida das pessoas, é um campo discursivo em permanente disputa, omitir-se face às suas bases e ao modo como as instituições e as pessoas que lhe operam perpetuam opressões, é, ao fim e ao cabo, corroborar com suas consequências. Ciente disso, a presente monografia advém de um trajeto de vida demarcado por tensionamentos quanto à inferiorização e controle das mulheres, bem como de questionamentos em relação à epistemologia do direito penal, edificada historicamente sobre paradigmas masculinos.

O objetivo deste trabalho é, desde tal prisma, investigar os estereótipos da maternidade no julgamento de mulheres criminalizadas no Rio Grande do Sul, tendo como enfoque para tanto a análise dos crimes de aborto e de crimes comissivos por omissão. Isso, pois o primeiro trata-se de um abdicar daquela maternidade e o outro refere-se ao julgamento de mulheres mães que são acusadas pelos delitos cometidos contra suas filhas ou seus filhos, por figurarem a posição de garantidoras da proteção das crianças.

A investigação se localiza politicamente no âmbito da Criminologia Feminista, porquanto se orienta por uma epistemologia criminológica “a partir da qual a análise do proibir, do julgar e do condenar tem como pressuposto um processo de custódia que articula tanto o que está dentro, quanto o que está fora do sistema de justiça criminal”<sup>1</sup>. A hipótese a partir de tal tema de investigação é de que tais julgamentos se utilizam de estereótipos que orbitam o imaginário social, punindo ou estigmatizando as mulheres de modo peculiar e/ou mais intenso, inobservando, desse modo, limites legais impostos, bem como seus direitos fundamentais.

Com efeito, apesar de a pesquisa se situar no ramo criminológico, ela será entretecida, através de método dialético de abordagem, de técnicas de revisão bibliográfica e de análise de julgamentos, por discussões da dogmática penal, do processo penal, da filosofia, das ciências sociais e da psicologia, tendo em vista as respostas aqui buscadas pedem, de maneira crítica, uma interdisciplinaridade metodológica. E, tal interdisciplinaridade é de fundamental relevância à presente pesquisa, porquanto “a violência de gênero não se reduz, apenas, a um fenômeno cultural ou social, mas comporta elementos psicológicos”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 14.

<sup>2</sup> GONÇALVES, Vanessa Chiari. Violência contra a mulher: contribuições da vitimologia. *Sistema Penal & Violência*, v. 8, n. 1, p. 38-52, jan.jun. 2016, p. 41.

A metodologia interdisciplinar, nesse sentir, é semelhante a uma lupa através da qual se enxerga e investiga os objetos de estudo. Essa forma de análise se perfaz na mescla de conhecimentos localizados em diversas áreas do conhecimento que, de forma articulada, proporcionam uma abordagem multifacetada. Quer dizer, uma análise que se pretende transgredir esse olhar monolítico exige a aplicação, em conjunto, de perspectivas proporcionadas por essa “lupa” investigativa.

Quanto à representatividade e (pequena) abrangência do levantamento realizado, verifica-se que os casos averiguados não se localizam fora do quadro de narrativas construídas socialmente sobre os fenômenos sob discussão. Pertinente, portanto, os esquemas analíticos propostos a partir da investigação sistêmica de julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul, tendo em vista que a caracterização da pesquisa qualitativa “é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais”<sup>3</sup>.

Pois bem, a parte inicial da monografia se destina à exposição de pressupostos das teorias de gênero sobre os quais se consolidam os paradigmas de estudo no restante do trabalho. No primeiro capítulo aborda-se a questão da generificação dos indivíduos, com base em teóricas como Simone de Beauvoir, Joan Scott, bell hooks e Judith Butler, demonstrando-se a implicação de tal categorização social na manutenção da dominação das mulheres, propondo como epistemologia um outro olhar desde o qual se conduza a presente monografia. Nessa linha, exponho a abordagem de Patricia Hill Collins sobre a teleologia das imagens externamente definidas de controle de grupos dominados.

A partir disso, trago dados sociológicos para amparar a defesa de que o estereótipo da maternidade funciona como uma imagem externamente definida que usurpa a autonomia das mulheres, indicando que a divisão do trabalho a partir da categorização social de gênero está intimamente ligada à exploração das mulheres no exercício da maternidade. Para além disso, pontuo como a maternagem é ainda hoje imposta às mulheres de modo a lhes cercear e restringir a capacidade decisória e a autonomia, tendo em vista que vige uma essencialização das mulheres em torno do exercício da maternidade. Na segunda seção deste capítulo, de maneira pretensamente transgressora e com o intuito de tecer um pano de fundo lúdico à monografia, exponho alguns pontos centrais da história distópica de “*The Handmaid’s Tale*”, os quais suscitam diversas similitudes aos contextos contemporâneos, o que aponta para a pertinência e aplicabilidade prática das reflexões que podem proporcionar.

---

<sup>3</sup> DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004, p. 295.

No terceiro capítulo trago a baila a Teoria das representações sociais, visando articular o modo como elas compõem nosso imaginário social e também como integram as compreensões jurídicas. Nesse sentido, traço alguns diálogos entre tal teoria e o direito para, num segundo momento, colocar em discussão o imbricamento das representações sociais de gênero ao poder de punir e de julgar.

A partir dos pilares sobre os quais, por meio de revisão bibliográfica e de estudos sociológicos, restou edificado e embasado o trajeto científico a ser percorrido, sobra elucidar que a última parte do trabalho consiste na investigação empírica da monografia. Por meio do exame de jurisprudência do Rio Grande do Sul, em análise dos fundamentos utilizados nos julgamentos, busco averiguar se e como o estereótipo da maternidade é articulado na criminalização de mulheres nos julgamentos por aborto e por crimes comissivos por omissão.

Nos dois subitens do capítulo, primeiramente são expostas questões inerentes a cada uma das condutas criminalizadas, não apenas para situar quanto ao conceito jurídico de cada uma delas, mas também com o intuito de expor alguns debates que vêm sendo feitos sobre tais criminalizações. O intuito da análise conjunta das duas tipologias de criminalização é construir uma exposição mais abrangente e sistemática de como o Direito Penal, através de criminalizações, enxerga, localiza e considera o sujeito mulher, em relação ao estereótipo da maternidade.

A hipótese é de que, justamente pela epistemologia do Direito Penal ter sido fundada e consolidada de, por e para uma perspectiva masculinista, acaba perpetuando “paradigmas criminológicos conformadores de categorias totalizantes”. Pretendo ao longo deste trabalho de conclusão de curso, assim, visibilizar, analisar e criticar “o exercício do poder punitivo em relação às mulheres como uma política multifária em atores e formas de atuação, mas uma no que tem de “vigilante”, perseguidora, e repressiva”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 17.

## CAPÍTULO 1. GÊNERO COMO PRESSUPOSTO ANALÍTICO

### 1.1. Gênero enquanto categoria de análise

Consoante dados revelados pelo Mapa da Violência de 2015 sobre homicídios de mulheres no Brasil<sup>5</sup>, entre os anos de 2003 e 2013, pode-se mensurar que ocorreram cerca de 13 feminicídios por dia, tendo ocorrido um aumento de 21% na década (de 3.937 para 4.762 mortes). Por outro lado, em relação aos feminicídios de mulheres negras, foi verificado um aumento de 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Feminicídio, nesse sentido, segundo o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, pode ser considerado como:

a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.<sup>6</sup>

Recente pesquisa desenvolvida por Lourdes Bandeira, professora do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, aponta que cerca de 50% dos casos de feminicídios são causados pela motivação de não aceitação dos homens em relação ao término do relacionamento:

As mulheres são vistas como propriedade sexual do homem. O assassino sente que tem controle sobre o corpo dela e não aceita que outro homem possa se apropriar dele”, afirma Bandeira. “Não significa que todo homem é um feminicida em potencial, mas esses que matam se sentem autorizados por uma ideia coletiva de que a mulher pertence ao homem.”

Segundo Lourdes Bandeira, outras motivações identificadas são ciúme, suspeita de adultério ou briga quando a vítima quer romper com uma situação de subordinação. “Todos os casos têm a ver com possessividade e com negar a condição de autonomia da mulher”, analisa.<sup>7</sup>

Tais dados revelam a importância da discussão sobre violência de gênero, porquanto demonstram faticamente a desigualdade material entre homens e mulheres, pois indicam a

---

<sup>5</sup> WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

<sup>6</sup> BRASIL. SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil. *Relatório final*, 2013.

<sup>7</sup> BRANDALISE, Camila. 50% dos feminicídios são de homens que não aceitam separação, diz estudiosa. *Agência Patrícia Galvão*, 24/10/2018. Disponível em: <[agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/50-dos-feminicidios-sao-de-homens-que-nao-aceitam-separacao-diz-estudiosa/](http://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/50-dos-feminicidios-sao-de-homens-que-nao-aceitam-separacao-diz-estudiosa/)>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

quantidade de mortes de mulheres justamente pelo fato de serem *mulheres*. A construção social da ideia binária e dicotômica que se entende pelas categorias “mulher” e “homem” perpassa, assim, toda uma expectativa e limitação das possibilidades e potencialidades desses sujeitos. A compreensão de gênero enquanto categoria analítica sociológica fornece ferramentas úteis para identificar os processos sociais performativos e seus impactos nas vidas (e mortes) dos indivíduos. Com efeito, gênero não significa uma particularidade essencialista do que é ser *mulher* ou ser *homem*, mas sim categorizações e delimitações sociais das formas de atuar e de existir autorizados àqueles ou a estes sujeitos.

Em sua obra clássica na primeira onda do feminismo, Simone de Beauvoir<sup>8</sup>, investiga as formas de articulação e de interferência social, primordialmente no seio familiar, que constroem esses modos de existir baseados em uma educação sexista, ou seja, que se orienta pelas diferenças sexuais. Simone percorre toda uma pormenorização de fatores intrafamiliares que são naturalizados, os quais funcionam como balizas e condutores às performances sociais de gênero (ainda que, à época, ela não cunhasse isso como performance, tampouco gênero). Sua frase bastante difundida resume as ideias centrais de sua teorização: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Segundo ela, “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”<sup>9</sup>. A autora traz de maneira bastante acurada e com uma exploração descritiva minuciosa as maneiras diferenciadas de tratamento dadas a meninas e meninos, desde a infância, o que perfaz uma socialização sexista.

Sua obra foi paradigmática em relação aos estudos na área e sobre como a sociedade enxergava a mulher, transgredindo muitas barreiras. Em sua escrita datada de meados da década de 50, Beauvoir já alertava: “a estrutura social foi profundamente modificada pela condição da evolução feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles imprimiram. É preciso não perder de vista esses fatos”<sup>10</sup>. E, em que pese a evolução desde o momento em que essa obra foi escrita, tais afirmações ainda são corretas no atual contexto histórico. Isso, pois as categorias de gênero acarretam formas

---

<sup>8</sup> BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>9</sup> BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 2º v., p. 09.

<sup>10</sup> BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 2º v., p. 450.

hierárquicas de exercício de poder na sociedade. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, Joan Scott assim explicita quanto à questão:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro<sup>11</sup>.

Assim, gênero, tal qual classe e raça, é uma categorização que concretiza a distribuição hierarquizada de poder. Essas categorizações também dizem respeito aos locais sociais acessíveis ou não a determinadas pessoas, às atuações possíveis ou não a certos sujeitos, às formas de reconhecimento, de legitimação, de imposição e de autorização social de existência. Diz respeito, em última instância, a uma distribuição discricionária e pautada em exercícios verticais de poder quanto à passabilidade de precariedade de determinadas vidas, ou seja, da atribuição de valor de determinados sujeitos, corpos e existências. Como consequência, deriva daí uma distinção entre vidas dignas e não dignas de pesar, como aborda Judith Butler na obra “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?”:

A precariedade tem de ser compreendida não como um aspecto *desta* ou *daquela* vida, mas como uma condição generalizada cuja generalidade só pode ser negada negando-se a precariedade enquanto tal. E a obrigação de pensar a precariedade em termos de igualdade surge precisamente da irrefutável capacidade de generalização dessa condição. Partindo desse pressuposto, contesta-se a alocação diferencial da precariedade e da condição de ser lamentado. Além disso, a própria ideia de precariedade implica uma dependência de redes e condições sociais, o que sugere que aqui não se trata da “vida como tal”, mas sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto.<sup>12</sup>

Não obstante, essas formas de existência, que podem se mover nos pequenos espaços entre os papéis sociais autorizados, dentro do espectro de performances impostas, configuram e determinam possibilidades de existência. A imposição de determinadas performances se dá por meio da normatização, a qual ocorre desde a infância (como mostrou Beauvoir) e se reitera no tempo, ao longo da existência dos sujeitos, não havendo um cessar. Dessa maneira, gênero seria a imposição constante e reiterada de normas performáticas, como Butler elucida sobre tal processo de iterabilidade generificante:

Se o gênero, por exemplo, age sobre nós “no começo”, ele não deixa de agir sobre nós, e as primeiras impressões não são impressões que começam e que terminam com o tempo. Na verdade, são aquelas que estabelecem a temporalidade

<sup>11</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990. In: *Educação & Realidade*, v.1S, n.2, jul./dez. 1990, p. 92.

<sup>12</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 42.



das nossas vidas enquanto conectadas com a ação continuada das normas, a ação continuada do passado no presente, e assim a impossibilidade de marcar a origem e o fim de uma formação de gênero como tal. (...) A produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade - a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente “rompendo” com os contextos delimitados como as “condições de produção”.

A ideia de iterabilidade é crucial para se compreender por que as normas não atuam de modos determinísticos. E também pode ser a razão pela qual performatividade acaba sendo muito mais útil do que construção.<sup>13</sup>

Outrossim, tais performances, discursos e imposições também perpassam a formação das subjetividades. A normatização das mulheres, nessa lógica, se consolida mediante “um trabalho psíquico-cultural”, acarretando “toda sorte de violências às mulheres que ousaram, e ousam, defender a exclusividade do direito de liberdade sobre seus corpos”<sup>14</sup>. A construção social de gênero implica também em formas de se autocompreender, de se constituir enquanto sujeito, de se instituir subjetiva e identitariamente, para além de performances e exercícios sociais. Assim, gênero é forma de emergência e de existência das identidades, pois “trata-se da matriz através da qual toda intenção torna-se inicialmente possível, sua condição cultural possibilitadora. Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do “humano”. ”<sup>15</sup>

Conforme aduz Pierre Bourdieu em seu livro “A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica”, essa estruturação social binária não se adstringe a um viés performativo, senão estabelece ainda uma somatização dessas relações sociais de dominação. Os *habitus* diferenciados dos gêneros “levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino”<sup>16</sup>, ao que as identidades se constituem socialmente por meio de uma articulada organização coletiva e difusa:

O trabalho da construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nominação que oriente e estruture as *representações*, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero (...) para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina. O *nomos* arbitrário que institui as duas classes na objetividade não reveste as aparência de uma lei da

<sup>13</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 237-238.

<sup>14</sup> BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. In: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas*: por um direito menos machista. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 23.

<sup>15</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172, 2000.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017, p. 49.

natureza (...) senão ao término de uma *somatização das relações sociais da dominação*: é à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural instituiu se encarnam em *habitus* claramente diferenciados conforme o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio.

Judith Butler compreende, ademais, que essas construções sociais e subjetivas são realizadas por meio do discurso. Ela traça essa análise num marco teórico de Michel Foucault - como foucaultiana que é -, construindo sua teoria conectada a alguns conceitos articulados por ele. Com efeito, ambos compreendem que a linguagem se configura como um eixo estrutural e estruturante de ideias concebidas no imaginário social. Dessa maneira, a interpretação da linguagem, por si só, seria capaz de evidenciar construções que edificam pilares significativos das normas culturais e das dinâmicas sociais.

Para Foucault, o que a interpretação das narrativas manifesta “não é a soberania de um discurso primeiro, é o fato de que nós somos, antes da mais íntima de nossas palavras, já dominados e perpassados pela linguagem”<sup>17</sup>. Diferentemente do entendimento sustentado por muitas/os autoras/es, em diversas áreas do conhecimento, de que as palavras e a linguagem tão somente designam elementos concretos, o discurso é entendido por Butler e por Foucault como fundante. Ou seja, as palavras e os discursos não preexistem às coisas, pelo contrário: isso é justamente aquilo que constrói os regimes de verdade sobre as coisas e também elas próprias<sup>18</sup>.

Conforme elucida Djamila Ribeiro<sup>19</sup>, à luz de Wittgenstein, a linguagem seria, assim, ela mesma um modo não neutro de interpretar o mundo, alicerçado por exercícios de poder:

a linguagem não é somente uma estrutura de vocabulários, não é simplesmente uma gramática com o objetivo de ensinar alguém a escrever ou falar, a linguagem é uma forma de vida que traz em si valores políticos e sociais formando uma visão de mundo. Esses valores oferecidos pela linguagem, explicitando sua não neutralidade, recaem sobre determinados grupos, como as mulheres. (...) linguagem além de designar coisas e objetos, será um modo de interpretação de mundo que atribuirá valores a determinados grupos como forma de (manter) poder ou de opressão.

Por outro lado, de forma revisitada e ressignificada, Butler referencia Beauvoir como forma de questionar essa ideia de construção como método não apenas definido externamente, mas ainda, de maneira subversiva, como a possibilidade de uma forma de se autoconstituir e

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 412-413.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, *passim*.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Djamila. Linguagem, Gênero e Filosofia: Qual o mundo criado para as mulheres? *Revista Sapere Aude*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

autodeterminar também<sup>20</sup>. Quanto a tal questão - a da autodeterminação e autodefinição -, Patrícia Hill Collins<sup>21</sup>, ao construir bases de uma literatura multidisciplinar do pensamento feminista negro, utilizando-se dos saberes expostos por Berger e Luckmann na obra “A construção social da realidade”, elucida que as condições materiais e históricas são responsáveis por moldar a estrutura e o conteúdo temático dos pensamentos.

Berger e Luckmann exploram, em tal obra, a ideia de que o conhecimento é uma construção da sociedade e de que esta é resultado dos conhecimentos formados, em uma dinâmica cíclica de que, em apertado resumo, as pessoas constroem o conhecimento e o conhecimento as constrói<sup>22</sup>. Patricia assevera, assim, que o *locus* social ocupado por mulheres negras integra de modo determinante a leitura por elas feita quanto à realidade. O *status* de *outsider within*, um não-lugar proporcionado pela exclusão e por um *apartheid* social, lhes confere, segundo Collins, uma interpretação particular da realidade, assim como esse *locus* constrói também a subjetividade das mulheres negras, na perspectiva de construção da subjetividade mencionada anteriormente.

Em referências a trechos e exposições traçadas por bell hooks, Patricia traz que esse não-lugar, à margem da sociedade, implica num olhar alheio às dinâmicas sociais, possibilitando uma análise “tanto de fora pra dentro quanto de dentro pra fora”. Em uma ressignificação desse espaço social ocupado pelas mulheres negras, Collins enxerga e expõe essa vivência como potência que, apesar das dificuldades sociais enfrentadas, enseja uma leitura de mundo peculiar e mais aguçada, depreendendo uma habilidade crítica de tais existências.

O pensamento feminista negro produzido pelas mulheres negras dispõe, como assevera Collins, de uma potencialidade interdisciplinar resultante da criatividade com a qual intelectuais negras são desafiadas pela “marginalidade”. Os distintos lugares aos quais intelectuais marginais pertencem acabam por enriquecer o conhecimento da sociologia contemporânea. Em suas palavras, o deslocamento desse grupo “– assim como outros que

---

<sup>20</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 26-28.

<sup>21</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127.

<sup>22</sup> BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1974.

compartilham um *status* de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas.”<sup>23</sup>

E, a partir disso, Collins aborda a importância da possibilidade de autodefinição como uma condição de humanidade, em contraposição às imagens controladoras externamente definidas, conforme passo a explorar a seguir.

---

<sup>23</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127. p. 101.

## 1.2. A função das Imagens externamente definidas

Patrícia Hill Collins, no artigo “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro” desenvolve três temas chaves do pensamento feminista negro. Uma dessas ideias centrais seria a importância da autodefinição e da autoavaliação. A autora afirma que, justamente pela perspectiva particular e potente que apresentam as pensadoras negras, suas construções de conhecimento trazem ferramentas à comunidade de mulheres negras, porquanto discutem com propriedade problemáticas enfrentadas, no geral, por essa coletividade.

Ainda que a autora reconheça que existam especificidades que se denotem a partir de, por exemplo, territorialidades, etnias, idades, classes, orientações sexuais e religiões diversas, Patricia compreende que existem certas visões comuns compartilhadas. Com efeito, em que pese a existência dessa perspectiva produzida por tais intelectuais, a socióloga contrapõe que essas observações e interpretações ainda são um tanto nebulosas para as próprias mulheres negras, o que revela a importância do aprofundamento e do aperfeiçoamento dessas teorias.

Reconhecendo a preciosidade das produções teóricas nesse âmbito, Collins adentra na questão da importância da autodefinição e da autoavaliação pelas próprias mulheres negras, em relação a sua existência e a sua teorização. O cerne dessa reflexão é justamente o fortalecimento dessa episteme, desse lugar de produção potente de conhecimento, a valorização e a legitimação de vozes ofuscadas e deslegitimadas como uma fonte de análise revolucionária. Isso, pois essa “autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana.”<sup>24</sup> Quer dizer, as imagens construídas por outros marcos teóricos, por homens e por pessoas brancas em relação às mulheres negras as estereotipam e as conduzem a lugares destituídos de sua própria voz, com o fim último de as controlar.

Os ensaios construídos e expostos por Patricia concernentes aos estereótipos fornecem aqui importantes categorias de análise, as quais apresentam relevo à presente monografia. Essa relevância advém da identificação, por meio da teorização, da funcionalidade da utilização das imagens externamente definidas de grupos dominados. E isso apresenta uma interface intimamente correlacionada ao objeto deste trabalho, tendo em vista

---

<sup>24</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127. p. 102.

seu objetivo de analisar os estereótipos e as representações sociais da maternidade em criminalizações de mulheres por aborto e por crimes comissivos por omissão. Tais imagens de maternidade externamente definidas e que extrapolam a juridicidade dos casos, caindo em lugares comuns de arquétipos sociais e julgamentos morais baseados em estereotipações, consubstanciam o cerne da investigação ora realizada.

Pertinente abrir aqui um parêntese em relação à potencialidade e à necessidade da teorização enquanto ferramenta emancipatória. A força do feminismo, movimento sociológico, filosófico e político, se encontra justamente na natureza de sua aplicabilidade prática cotidiana, tendo em vista a pretensão de equidade entre homens e mulheres nos mais diversos níveis em que a verticalização ocorre: seja no macrossocial, enquanto estrutura política densa, seja no micro, nas relações e dinâmicas inter-relacionais cotidianas. bell hooks, em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora”, em que trata sobre uma práxis emancipatória de educação, por uma perspectiva freireana, assim afirma quanto à teorização como mecanismo de emancipação social:

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra.

A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim. Quando era criança, é certo que eu não chamava de “teorização” os processos de pensamento e crítica em que me envolvia. Mas, como afirmei em *Feminist Theory: From Margin to Center*, a posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra “feminismo”.<sup>25</sup>

Com efeito, Patricia Hill Collins produz sua construção epistemológica nesse marco: o de produção de teorizações que forneçam subsídios a processos curativos e de libertação coletiva, porquanto fornece reflexões que possibilitam a elaboração de práxis de ruptura da dominação de mulheres negras e de outros grupos dominados. A autora, assim, utilizando-se das ideias sobre estereótipos de Mae King e Cheryl Gilkes assevera que:

King sugere que os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana que têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho. Gilkes indica que a assertividade das mulheres negras ao resistirem à opressão multifacetada que vivenciam tem sido uma ameaça constante ao *status quo*. Como punição, mulheres negras têm sido atacadas com uma variedade de imagens externamente definidas, projetadas para controlar seu comportamento assertivo.

O valor das análises de King e Gilkes repousa na ênfase dada à função dos estereótipos no controle de grupos dominados. Ambas apontam que a substituição de

---

<sup>25</sup> HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 85-86.

estereótipos negativos por estereótipos ostensivamente positivos pode ser igualmente problemática, caso a função dos estereótipos como mecanismo para controlar imagens permaneça velada.<sup>26</sup>

A busca pela autodefinição se relaciona, conforme Collins, com o rompimento do enquadramento em um estereótipo para ressaltar a dinâmica de poder inerente a essas dominações. O questionar da credibilidade e da intencionalidade das definições externamente construídas enfatiza o exercício de se autodefinir como articulação de um poder como característica de um sujeito autônomo e humano. Assim, a autodefinição consubstancia uma condição de humanidade e de respeito ético, tendo em vista a funcionalidade da definição de imagens estereotipadas por sujeitos externos.

Judith Butler, em “Quadros de Guerra”, aborda a questão do gênero e outras categorias sociais como imposições violentas e involuntárias que são externa e compulsoriamente definidas. Ela tece, ainda, abordagem sobre a noção de rompimento com essa iterabilidade e com a reprodução da violência por grupos que são justamente produzidos sobre essa matriz violenta, ideia que guarda relação com a ideia de autodefinição e consciência da normatização definida externamente elaborada por Patricia:

Somos, pelo menos parcialmente, formados por meio da violência. São atribuídos a nós gêneros ou categorias sociais contra nossa vontade, e essas categorias conferem inteligibilidade ou condição de ser reconhecido, o que significa que também comunicam quais podem ser os riscos sociais da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial. Mas mesmo que isso seja verdade, e acho que é, ainda assim deveria ser possível afirmar que certa ruptura crucial possa ser produzida entre a violência mediante a qual somos formados e a violência com a qual, uma vez formados, nos conduzimos. Na realidade, pode ser que, precisamente porque alguém é formado através da violência, a responsabilidade de não repetir a violência da formação seja ainda mais urgente e importante.<sup>27</sup>

A imposição de estereótipos e de performances se revela então como uma negação da autonomia dos sujeitos, restringindo e limitando a humanidade de pessoas ao enquadrar suas existências em performances previamente estabelecidas e enrijecidas. E isso pode ocorrer de diversas formas, em diversos espaços e com vários grupos dominados. O silenciamento e o julgamento moral acarretado pela inobservância ou subversão de performances pelos sujeitos dominados se revela como um aspecto extremamente relevante à verticalização de poder.

Como se demonstrará adiante na seção que expõe a investigação empírica da presente monografia, essas imagens controladoras e externamente definidas são, com efeito,

---

<sup>26</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127, p. 103.

<sup>27</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 236-237.

também utilizadas quando do julgamento de mulheres em ações penais de aborto e de crimes comissivos por omissão. Os julgadores, ao se utilizarem dessas normas sociais, extrapolam os limites legais e lançam mão de representações e arquétipos sociais para julgarem de maneira peculiar as condutas de mulheres criminalizadas.

Por outro lado, isso não ocorre, entretanto, apenas enquanto exigências morais e sociais (ou legais) externas. A falha da observância desses arquétipos e estereótipos sociais pode ser ainda um motivo de sofrimento e de culpa carregada por esses sujeitos que buscam ativamente romper ou que não se vêem contemplados pelas normas sociais impostas, como ocorre em diversas situações. Nesse aspecto, por exemplo, Howard Becker define como *outsiders* todos aqueles indivíduos desviantes que não se enquadram nas regras sociais impostas ou que deliberadamente questionam a legitimidade de tais prescrições<sup>28</sup>.

Destarte, essas imagens extrínsecas também são introjetadas pelos próprios sujeitos dominados, fazendo reverberar em suas próprias subjetividades a necessidade de atuação performática tal como imposto socialmente. A questão da culpa, aliás, pode ser constatada quando da exploração da pesquisa empírica, por exemplo, tendo em vista o alto índice de confissões de mulheres criminalizadas em ações penais por aborto, cuja categoria de análise perpassa o legado de culpa católica e a confissão como mecanismo de poder, explorada por Michel Foucault em “A História da Sexualidade”<sup>29</sup>.

Segundo ele, a confissão é um legado histórico advindo da época inquisitorial e da igreja católica que funciona como mecanismo de poder entre quem interroga e quem confessa suas práticas, tendo se difundido e se expandido, restando utilizada em uma diversidade de relações<sup>30</sup>. Assim, possível conjecturar que essas imposições sociais repercutem, ademais, como forma de culpa e de autojulgamento que as mulheres fazem de si mesmas.

A dominação, dessa forma, não se revela apenas como superestrutura de organização social hierarquizada, mas ainda incide na elaboração de subjetividades, como anteriormente explicitado, se fazendo sentir até mesmo em suas capilaridades psíquicas. Isso explica, inclusive, a reprodução discursiva e legitimação narrativa dessas dominações pelas próprias pessoas dominadas. De todo modo, as introjeções de imagens externamente definidas por um prisma moral patriarcal e cristão pode acarretar, ainda, culpa e ressentimento, cuja

---

<sup>28</sup> BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 69.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 66-69.



intencionalidade é justamente o reforço desse regime de verdades e de valores discricionários que são mantidos por organizações de poder de uma estruturação social patriarcal:

O problema originado a partir da dicotomia bem e mal, segundo Nietzsche, responsável por estabelecer o critério da culpa como horizonte, teria origem na moral! Mas, qual moral? A duradoura moral judaico-cristã. A partir dessa conjectura, Nietzsche conduz uma investigação a respeito do surgimento e da consolidação do conjunto de valores responsável por organizar e nortear a gregária conduta humana. Com qual propósito? Com a intenção de demonstrar, que a legitimidade e autoridade dos valores, não se encontram vinculadas ao transcendente. Para Nietzsche, toda valoração é humana, o que significa dizer que é suscetível às transformações convenientes sob os quais se pode conduzir um agrupamento.<sup>31</sup>

Nesse sentido, Pierre Bourdieu menciona<sup>32</sup> que a orientação dos pensamentos e da percepção do mundo de sujeitos dominados conforme as estruturas de dominação que lhes são impostas denota atos de reconhecimento de sua própria submissão, os quais, com efeito, também coexistem com atos de resistência e tensionamentos cognitivos dessas mesmas estruturas:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento* de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processo de mundo natural, e o princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais.<sup>33</sup>

Diante disso, a prática de autodefinição proposta por Patricia Collins importa em reais impactos de emancipação subjetiva no que concerne aos martírios psíquicos causados por imagens externamente impostas aos grupos dominados. Retomando a sua teorização sobre a autodefinição, outro conceito explorado por Collins se refere à autoavaliação, que seria o mérito, o teor da autodefinição realizada pelas próprias mulheres negras. Ou seja, a autoavaliação preencheria o conteúdo dessas definições feitas autonomamente, e, para ela:

---

<sup>31</sup> ROSA, Roberto Sávio. Nietzsche e as razões da culpa. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 13, n. 24, jan./jun. 2013, p. 35-50. P. 36.

<sup>32</sup> Cumpre demarcar que se escolhe trazer a perspectiva de um marco teórico que parte de *locus* e pressupostos diversos dos que antes vinham sendo expostos, entendendo que não necessariamente são conhecimentos que se contrapõem, mas que podem ser articulados em conjunto e de maneira dialógica para expor capilarizações que, ao se percorrer uma única forma de análise, acabam sendo negligenciados e omitidos, o que também não se deseja. Quer dizer, ao colocar para dialogar teóricos como Foucault e Bourdieu, pensadores que contrastam e divergem em questões analíticas muito sensíveis, não nego tais divergências, mas sim as utilizo como método dialético de complexificação do estudo ora desenvolvido.

<sup>33</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017, p. 28-29.

Muitos dos atributos existentes nos estereótipos relacionados a mulheres negras são, em verdade, versões distorcidas de aspectos do comportamento das mulheres negras vistos como os mais ameaçadores ao patriarcado branco (Gilkes, 1981; White, 1985). Por exemplo, mulheres afro-americanas agressivas são ameaçadoras, pois desafiam as definições do patriarcado branco de feminilidade. O ato de ridicularizar mulheres assertivas ao denominá-las de Sapphire reflete o esforço de colocar todas as mulheres em seus devidos lugares. Em seus papéis como figuras centrais na socialização da próxima geração de adultos negros, mães fortes são igualmente ameaçadoras, pois elas contradizem visões patriarcais das relações de poder da família. Ridicularizar mães negras fortes ao rotulá-las de matriarcas (Higginbotham, 1982) reflete um esforço similar de controlar outro aspecto do comportamento de mulheres negras que é especialmente ameaçador ao *status quo*.<sup>34</sup>

Ciente de tais pressupostos, no capítulo a seguir passarei a abordar o conteúdo de mérito concernente ao estereótipo que a presente monografia busca explorar, qual seja, o da maternidade como uma imagem externamente definida, manejada para explorar a mão de obra das mulheres e que apresenta a funcionalidade de as dominar.

---

<sup>34</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127. P. 104.

## Capítulo 2. A MATERNIDADE COMO IMAGEM CONTROLADORA

### 2.1. “Mãe é mãe”: a maternidade como um estereótipo imposto às mulheres



Ilustração: Anna e Elena Balbusso

Uma das imagens externamente definidas que se relaciona com o que se entende por “feminino” e pelo gênero das mulheres, em seu conteúdo de mérito, é a compulsoriedade da maternagem. A maternidade é comumente<sup>35</sup> considerada pela sociedade como uma função

---

<sup>35</sup> “O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. (...)”

Há mais de trinta anos uma filósofa, Simone de Beauvoir, questionou o instinto materno. Psicólogos e sociólogos, em sua maior parte mulheres, fizeram o mesmo. Mas como essas mulheres eram feministas, fingiu-se acreditar que sua inspiração era mais militante do que científica. Em lugar de discutir seus trabalhos, foram muitos os que ironizaram a esterilidade voluntária de uma, a agressividade e avirilidade da outra.” BADINTER,

inerente e obrigatória à existência das mulheres e, a ausência de tal exercício seria compreendida como um déficit ou uma incompletude da trajetória que todas as mulheres deveriam percorrer.

Assim, difunde-se uma imagem que nega a capacidade de plena escolha das mulheres de definirem seu próprio percurso e traçarem seu projeto de vida. A título de exemplo, a manifestação pública feita em março deste ano pela atual cotada para ministra de Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Mulheres, desde tal lógica, que expôs “que as mulheres nasceram para serem mães e que o modelo ideal de sociedade as deixaria apenas em casa, sustentadas pelos homens”<sup>36</sup>.

Em que pese a evolução proporcionada pela pílula anticoncepcional quanto à gestão da reprodução pelas mulheres a partir dos anos 1960, o que possibilitou uma diminuição da intensidade dessa compulsoriedade, ainda hoje se reproduz a ideia da maternidade como algo que confere completude à própria existência desse ser mulher:

A maternidade é vivenciada pelas mulheres de maneiras distintas. Sobretudo a partir dos anos 1960, com o advento da pílula anticoncepcional, se torna menos compulsória. Seu caráter voluntário se fortalece, também com a confrontação da dupla moral sexual: a possibilidade de afirmação da sexualidade feminina em termos que colocam a mulher numa condição de sujeito é parte desse processo. O ideal da maternidade permanece, porém, central à organização das relações de gênero e das trajetórias de muitas mulheres, na forma da responsabilização diferenciada, da socialização das meninas, de pressões e julgamentos que se impõem, diferenciadamente, a mulheres e homens.<sup>37</sup>

Desse modo, é a autonomia das mulheres que se encontra comprometida com essa imagem externamente definida de compulsoriedade da maternagem. A função da sacralização desse exercício como de competência majoritária (para não dizer exclusiva) e involuntária sobre as mulheres é bastante funcional. Quer dizer, ela apresenta, em geral, uma dupla funcionalidade, como mencionado acima: a de exploração da mão de obra feminina e a de controle das mulheres.

Ora, a exploração da mão de obra se ampara na naturalização do desempenho de atividades de cuidado e atreladas ao âmbito doméstico como algo inerente e tácito a ser exercido pelas mulheres, desonerando a participação dos homens. Isso acaba não apenas deixando-os mais livres para outras demandas, mas também desmonetariza esses papéis.

---

Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 19-20.

<sup>36</sup> SACONI, João Paulo, Cotada para ministra diz que 'mulher nasce para ser mãe' e 'infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho'. *O Globo*, 30 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>>. Consultado em novembro de 2018.

<sup>37</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Aborto, democracia e laicidade. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Aborto e democracia*. 1. ed., p. 09-16. São Paulo: Alameda, 2016, p. 12.

Nesse sentido, a seguinte exposição a partir de informações mapeadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que tange à relação entre tempo despendido nessas tarefas e valor econômico:

A analista Alessandra Brito, responsável por este bloco temático [a produção de bens para próprio consumo, afazeres domésticos, cuidado de pessoas moradoras ou parentes não moradores e trabalho voluntário], explica que, apesar de não fazerem parte da conta do Produto Interno Bruto (PIB), as outras formas de trabalho trazidas nesta pesquisa são muito importantes porque mostram uma série de atividades “invisíveis”, mas que produzem muito valor. “Quando uma pessoa realiza um serviço doméstico, aquele trabalho tem valor porque poderia ter sido feito por uma pessoa contratada, que receberia uma quantia para realizar aquilo. Da mesma forma, a produção para o próprio consumo: a pessoa produz ela mesma uma coisa que poderia ter sido comprada no mercado, por um determinado valor”, complementa Marina Ferreira, também analista do IBGE.

**Mulheres dedicam o dobro de tempo em cuidados de pessoas e afazeres domésticos**

Quando consideramos o tempo dedicado apenas aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, a desigualdade é ainda maior: as mulheres trabalham praticamente o dobro do tempo (20,9 horas semanais contra 11,1) em relação aos homens nessas atividades.

A pesquisa mostra ainda que, mesmo dividindo o lar com um companheiro, o percentual de mulheres que realizam tarefas domésticas ainda é superior à dos homens: das mulheres que viviam com marido ou companheiro, 95,6% realizaram essas atividades; entre os homens nesta condição, a taxa de realização foi de 76,4%.<sup>38</sup>

A atribuição do cuidado e da criação de infantes às mulheres, desde tal prisma, se mostra coligada à histórica divisão dicotômica público/privado, em que os homens seriam responsáveis pelas atividades públicas, políticas e externas ao lar, recaindo exclusivamente às mulheres a gestão doméstica privada e a criação de filhos e filhas. Já a desmonetarização dessa função reside no fato de que, assim como os cuidados caseiros, não seria necessário pagar por tais serviços, na senda do exposto acima.

No seminário internacional 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, Naira Castelo Branco, uma policial que mediava um grupo de mulheres campesinas que buscavam formas de se empoderar em seus lares, relatou algumas de suas intervenções<sup>39</sup>. Um dos argumentos por ela utilizado era de que as mulheres quantificassem e precificassem, apenas hipoteticamente, todos os trabalhos domésticos por elas desempenhados, comparando com valores no mercado da prestação desses mesmos serviços, tais como lavagem e passagem de roupas, preparo de alimentação, cuidados de crianças, limpeza da casa, trato da horta, gestão doméstica e compras de produtos, etc.

---

<sup>38</sup> LOSCHI, Marília. Tarefas domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres. *Agência IBGE Notícias*, 07 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoem-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres>>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>39</sup> SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. *Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*. 13th. Women's Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, 2018.

O resultado disso foi que as mulheres campesinas conseguiram constatar que, na prática, os serviços por elas desempenhados eram mensurados monetariamente com valores tão altos quanto ou maiores que a renda angariada por seus companheiros. Tais dados levantados eram utilizados como uma demonstração do valor de suas atividades cotidianas e de negociação nas relações domésticas, também com o escopo de diminuição de violências domésticas perpetradas por seus parceiros, as quais muitas vezes eram motivadas por uma subjugação pela dependência financeira e pela valoração excessiva da importância do desempenho dos homens na contribuição financeira conjugal.

O que se quer dizer com isso é que há uma função econômica também na naturalização do desempenho da maternidade a recair sobre os ombros das mulheres, da mesma forma que a naturalização dos afazeres domésticos. Ora, se isso é compreendido como algo “natural” para determinados sujeitos, é então desnecessário precificar e retribuir monetariamente tal tarefa. Essa imagem externamente definida da necessidade do exercício de maternidade pelas mulheres, que repercute na prática cotidiana, tem diversos desdobramentos e também pode ser constatada de muitas maneiras, como explicita Flávia Biroli:

O que levou boa parte do feminismo à crítica da maternidade é que ela tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando, assim, as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças. Por isso é que se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres. Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres.<sup>40</sup>

No momento em que se visibiliza a essencialização discursiva das mulheres a determinados papéis como o da maternidade, resta perceptível a paradoxal diferença de expectativas em relação ao papel de mulher e de mãe, em comparação ao de homem e de pai. Por um lado, ao ser entendido e generificado enquanto homem há uma resposta social plácida e conformista quando este não exerce a paternidade, o que, por exemplo, demonstram os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que indicam a existência de 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento<sup>41</sup>; por outro lado, quando o sujeito lido e generificado como mulher deixa de exercer a maternagem nos moldes edificadas

---

<sup>40</sup> BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 107.

<sup>41</sup> BASSETTE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. *Exame*, 1º dezembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>>. Consultado em 26 de novembro de 2017.

culturalmente, há uma transgressão da ordem social<sup>42</sup>. A mulher passa a ser julgada moral e até mesmo, por vezes, judicialmente, tendo em vista que, para além da transgressão de normas jurídicas, “a mulher também se encontra violando o lugar dedicado a ela na sociedade, deturpando o papel de passividade, aliado ao mito do instinto materno e da esperada performance de feminilidade”<sup>43</sup>.

A idealização do “papel” das mulheres atrelado à maternidade é um estereótipo que silencia suas individualidades, a violar seus direitos subjetivos: nega que as mulheres são sujeitos diversos, ativos, complexos e autônomos de vontades. Assim, a constituição do mito da maternidade se revela aqui como um conceito analítico pertinente à pesquisa. Elisabeth Badinter no livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno” busca demonstrar por um viés histórico que, enquanto sentimento universal, o amor materno é um mito<sup>44</sup>. Apesar de se reconhecer a especificidade eurocêntrica do texto, o debate sobre o qual Badinter lança luz é basilar à desnaturalização e à desmistificação da construção sócio-cultural de que existiria um sentimento espontâneo e intrínseco ao ser feminino de amor por sua criança.

Nessa obra é explorada a forma como era tratada a infância antes de 1970 na Europa, conjuntura em que a criança era considerada um estorvo e uma limitação ao exercício profissional, o qual garantia a sobrevivência das famílias nas classes mais precarizadas. Porém, esta visão era compartilhada pelas classes mais abastadas, sob a justificativa de que a limitação gerada pelos cuidados despendidos com a criança era óbice à vida pública. Em Paris, à época de 1780, segundo os dados trazidos ao livro, a cada grupo de 21 mil crianças nascidas por ano, menos de mil eram amamentadas por suas próprias mães e mil amamentadas por amas a domicílio, sendo todas as demais enviadas às casas de amas de leite, lá permanecendo até por volta de cinco ou seis anos de idade.

Badinter é enfática no sentido de que, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, não era a grande frequência de morte das crianças que fazia com que mães e pais a elas não se apegassem e com elas não despendessem a devida atenção. Pelo contrário: a ausência de apego e a negligência em relação às crianças é que acarretavam as suas tantas

---

<sup>42</sup> Elucida-se que aqui não se busca cancelar ou ecoar, por exemplo, a comparação esdrúxula entre interrupção de gravidez indesejada e abandono paterno, mas sim lançar luz à generificação e às performances de gênero impostas ou aceitas socialmente. Reputo problemática tal comparação em razão do potencial do que se entende por vida em um procedimento de abortamento em relação a uma criança já formada e que dispõe de reais demandas e necessidades de cuidados, exigindo dos sujeitos responsabilidades totalmente incomparáveis.

<sup>43</sup> GOULART, Dominique Assis; ALBUQUERQUE, Laura Gigante; OSORIO, Fernanda Correa. O Sistema prisional construído sob a lógica masculina e as violações contra a mulher em situação de cárcere. *Boletim IBCCRIM*, n. 291, fevereiro 2017, p. 06.

<sup>44</sup> BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

mortes. Em verdade, era o sentimento de desinteresse e desapego não apenas vigente, mas, sobretudo, estimulado àquela época. O preciosismo desta análise é refutar a imagem que atualmente impera de que as mulheres apresentam uma natural predisposição a amar incondicional e objetivamente as crianças por elas geradas. Frisa-se que a autora não busca negar a existência do amor materno, mas sim reconhecer que ele não seja regra, tampouco um sentimento universal, constante e incontestável.

Outrossim, Judith Butler também analisou a questão da maternidade enquanto uma narrativa concebida socialmente, vez mais a partir de uma perspectiva foucaultiana. Tal narrativa exigiria a assunção da maternidade como essência de sua subjetividade e prescrição de seu desejo. Para ela, a maternidade seria construída por uma relação de poder, expondo que a corporificação do materno é dada pelo discurso, tal como já exposto anteriormente que as coisas não são prévias ao discurso, mas sim constituídas por ele e emergidas através dele:

(...) Foucault argumentaria sem dúvida que a produção discursiva do corpo materno como pré-discursivo é uma tática de auto-ampliação e ocultação das relações de poder específicas pelas quais o tropo do corpo materno é produzido. Nesses termos, o corpo materno não seria mais entendido como a base oculta de toda significação, causa tácita de toda a cultura. Ao invés disso, o seria como efeito ou consequência de um sistema de sexualidade em que se exige do corpo feminino que ele assuma a maternidade como essência do seu eu e lei de seu desejo.<sup>45</sup>

Forçoso reconhecer que vigora, ainda contemporaneamente, forte intromissão e expectativa na maternagem individual, impondo-se a idealização de um amor absoluto e incondicional, bem como a essencialização das mulheres no papel da maternidade. Os recorrentes ditados “mãe é mãe”, “o que amor de mãe não faz?”, “ser mãe é padecer no paraíso”, por exemplo, depreendem o quanto se espera da mulher que é mãe: nada menos do que um abdicar de si para viver em prol do ser por ela gestado. Por tais razões, mães que abandonam seus/as filhos/as são extremamente julgadas e estigmatizadas, quando o mesmo é tolerado e aceito na postura de homens pais, o que demarca e exemplifica as diferenças das expectativas e imposições sociais em relação aos gêneros. E, com efeito, tal noção se revela central ao trajeto percorrido na presente monografia.

---

<sup>45</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 138.



## 2.2. The Handmaids's Tale

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”  
Simone de Beauvoir

No que tange ao encerramento das mulheres a determinados papéis sociais que usurpam sua complexidade e sua plenitude de escolhas, com a imposição de imagens restritas e externamente definidas que as controlam, trago aqui como exemplo e como pano de fundo, em um colorir pretensamente transgressor desta monografia, o enredo da série<sup>46</sup> “The Handmaid’s Tale”<sup>47</sup>. Tal série é baseada no livro “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood<sup>48</sup>, cuja história narra um contexto distópico futurista, porém bastante contemporâneo, em que foi instaurado um regime teocrático e totalitário. Os direitos das mulheres, assim como as profissões, as universidades, os canais de comunicação, mídia e telejornal, todos foram extintos.

Nessa conjuntura concebida por Atwood e reproduzida na série, em razão de poluição global e pela difusão de DST’s (apesar disso não ficar totalmente explícito), as pessoas passaram a apresentar infertilidades e a taxa de natalidade despencou, o que supostamente estaria colocando em risco a continuidade da sociedade. Também por conta desse cenário começaram a ser disseminadas narrativas de cunho fortemente religioso e patriarcal, as quais formaram a base ideológica discursiva do regime ditatorial imposto de maneira armada e com uma repressão autoritária extremamente violenta. A existência de colônias em que há lixo tóxico sugere, inclusive, que podem ter lançado mão de armamento nuclear na tomada de poder pelo regime autoritário. O lugar em que se passa o contexto é a maior parte dos EUA, sendo instaurada Gilead como novo regime estatal.

Um dos motivos pelos quais se toma como base a série e não o livro é a abrangência da segunda temporada, em que são reveladas contribuições significativas de mulheres como Serena, esposa de um dos Comandantes, na própria construção discursiva desse novo regime. Serena apresentou um papel crucial na concepção ideológica desse sistema, inclusive com a

<sup>46</sup> Elucido tomar como base a série e não o livro, tendo em vista que, juntamente com respaldo da própria autora, a série ultrapassa a narrativa da obra escrita, a qual finda na primeira temporada da série, sendo que a segunda é totalmente construída para a forma televisiva.

<sup>47</sup> *The Handmaid’s Tale*. Direção: Mike Barker, Kari Skogland, Reed Morano, Kate Dennis, Floria Sigismondi, Jeremy Podeswa, Daina Reid. Produção: Margaret Atwood, Elizabeth Moss. Nova Iorque: Daniel Wilson Production, 2017. Disponível em: <www.netflix.com>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>48</sup> ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

escrita de um livro cujo título era “O lugar da mulher”. Nessa nova ordem imposta vige um forte e rígido sistema de castas sociais e a obra de Serena foi bastante relevante no embasamento destas castas em relação aos papéis que as mulheres deveriam desempenhar.

Ela não apenas escreveu o livro trazendo essa perspectiva, como também deu palestras em diversos locais, antes do golpe teocrático, buscando propagar aqueles dogmas, apesar de toda polêmica e polaridade em volta do tema. Em uma dessas ocasiões ela chegou a sofrer um ataque e levou um disparo de arma de fogo. O episódio violento acabou dando mais respaldo e legitimidade para aquelas ideias defendidas por ela, exponencializando a propagação de seu projeto político (semelhanças da ficção com a realidade seriam mera coincidência?).

Pois bem, como mencionado, a sociedade de Gilead é dividida em um sistema extremamente rígido de castas, cuja manutenção é feita através da imposição de diversos mecanismos de controle formais e informais. Todas essas formas de controle são perpassadas por uma violência extremamente gravosa, com castigos e torturas cruéis para todas aquelas pessoas que não acatem as normas. Tamanha a violência que, não raro, pessoas são executadas e penduradas em um muro público, a fim de reforçar todo esse sistema autoritário.



Ilustração: Renee Nault

Em relação à estratificação social, as mulheres são divididas em papéis e categorias que se relacionam basicamente às tarefas que socialmente são destinadas estereotipadamente ao feminino. A divisão é dada até mesmo esteticamente, ao que cada casta tem uma cor e tipo

de roupa específico. A categoria mais alta, nesta austera hierarquia, é a das Esposas, as quais vestem sempre roupas em tons azul turquesa. Elas são as companheiras dos homens que são comandantes nesse regime, ou seja, que são os gestores e que desempenham vida pública.

Apesar de sua alta posição, elas não chegam a apresentar muitos privilégios. Elas foram reduzidas ao exercício privado de gerir suas casas, que normalmente são grandes e luxuosas, desempenhando atividades de tricô e jardinagem. Assim como todas as demais mulheres de Gilead, elas são terminantemente destituídas de suas profissões. Não podem desempenhar mais as atividades profissionais que outrora exerciam, pois isso fere o lugar destinado a elas por essa narrativa religiosa.

Como as demais mulheres, não podem ler ou escrever. Para deixar a leitura completamente inacessível, todas as placas escritas foram retiradas das ruas. Até mesmo mercearias e espaços onde se adquirem produtos são sinalizados por meio de símbolos e não mais com palavras. Não há moeda, mas sim fichas que indicam os produtos por desenhos. A única exceção a essa regra quanto ao acesso e permissão de escrita e de leituras a mulheres está na categoria das Tias. Elas são mulheres que apresentam um papel institucional de doutrinação, ensinamento e acompanhamento das Aias nesse sistema. Provavelmente são pessoas de confiança que concordavam com a base ideológica do regime, sendo-lhes conferidas estas importantes atribuições. Podem ler e escrever em decorrência do dever de acompanhamento das gestações em Gilead.

Já as Aias apresentam o papel central da trama. Vestindo sempre túnicas vermelhas, o que representa a fertilidade, as Aias ainda devem usar uma espécie de gorro que não apenas limita sua visão, mas que também dificulta que as demais pessoas enxerguem seus rostos. A essencialização da figura das Aias perpassa também a usurpação de suas identidades. O simbolismo do gorro se depreende ainda no dever de que elas mantenham o olhar sempre para baixo, sem encarar as outras pessoas. São semelhantes a antolhos, instrumentos que impedem os cavalos de olharem para os lados.

As aias são mulheres férteis e aptas a gestarem bebês. Em razão dessa possibilidade, elas, no regime de Gilead, são mulheres destinadas a procriar. Para tanto, elas são sistemática e ritualisticamente estupradas pelos comandantes para, depois da gestação, entregarem as crianças para as Esposas, que serão as futuras mães dos bebês gestados. As Esposas inclusive participam ativamente nesse ritual de estupro, em que as Aias deitam no meio de suas pernas e são seguradas pelos punhos, enquanto os Comandantes as estupram.

A referência desse ritual se ampara num trecho da Gêneses da Bíblia em que Raquel, com inveja de sua irmã que acabara de ter filho, pede a Jacó, seu companheiro, para que lhe desse mais filhos. Ele responde que era Deus que a impedia e, em razão disso, Raquel entrega sua escrava Bila para ser concubina de Jacó, a fim de que a engravidasse e depois tivesse os filhos como seus próprios, através da gestação de Bila:

Quando Raquel percebeu que não podia ter filhos, ficou com inveja da sua irmã Lea e disse ao marido:

— Dê-me filhos; se não, eu morro!

2 Jacó ficou zangado com Raquel e disse:

— Você está pensando que eu sou Deus? É ele quem não deixa você ter filhos.

3 Então Raquel disse:

— Aqui está a minha escrava Bila; tenha relações com ela. Quando ela tiver um filho, será como se fosse meu. Desse modo eu serei mãe por meio dela.

4 Assim, Raquel deu a Jacó a sua escrava Bila para ser sua concubina, e ele teve relações com ela. 5 Bila ficou grávida e deu a Jacó um filho. 6 Então Raquel disse:

— Este menino vai se chamar Dã porque Deus foi justo comigo. Ele ouviu a minha oração e me deu um filho



Ilustração: Cristian Fowlie

Em Gilead é fomentada essa culpabilização das Esposas por não poderem gestar, submetendo-as também a violência da participação num ritual em que devem auxiliar um ato sexual compulsório entre seu companheiro e uma Aia. As relações entre Esposas e Aias são extremamente delicadas e complexas, justamente por essas violências iminentes aos rituais a

que ambas, de formas diferentes, são submetidas. Calha salientar que essa culpabilização e essencialização das mulheres é também forma de desonerar os homens, porquanto há várias suspeitas invisibilizadas que os homens são inférteis, e não as mulheres. Mas, como tudo em Gilead, recai sobre as mulheres o fardo e a responsabilidade, sempre de modo a lhes cercear.

A sistemática de submissão das Aias a essa conjuntura é, como se pode imaginar, extremamente violenta. Cumpre às Tias a inserção das Aias a ritos de torturas físicas e psicológicas para que elas desempenhem a função que lhes fora imposta. É implementado pelas Tias um processo de docilização dos corpos e mortificação do eu, cujos mecanismos de controle são eivados de um caráter intensamente invasivo e violento, em instituições totais<sup>49</sup> e ainda por meio de uma relação bastante abusiva. As Tias as mutilam e torturam, mas também as culpabilizam discursivamente, mesclando ainda com acolhimentos e demonstrações de algo bastante dúbio, que poderia ser chamado de demonstração de afeto, causando um caos de sentimentos ambivalentes entre terror, culpa, acolhida, submissão e violação dos corpos e subjetividades.

Uma outra categoria de Gilead diz respeito às Marthas, as quais desempenham as funções domésticas nas casas dos comandantes. Elas cozinham para as famílias, limpam as residências; são babás, governantas, serviçais; muitas delas são mulheres negras. Os controles a que elas são submetidas não são tão diretos e incisivos quanto os destinados às Esposas e Aias, provavelmente pelo papel que desempenham. Elas gerem as compras e têm um acúmulo de competências que possibilita o acesso a informações privilegiadas. A questão da organização das residências e o papel de pouca visibilidade que elas apresentam acaba por possibilitar a construção de uma rede de comunicação e subversão invisível entre as Marthas.

Esse poder que elas apresentam é revelado de maneira esparsa, culminando em uma grande intervenção ao final da segunda temporada da série. A rede que elas criam apresenta um potencial de resistência extremamente transgressor desse sistema, demonstrando, nesse episódio de intervenção realizada, a potencialidade dessa capilarização de comunicação e articulação que construíram entre si, de casa em casa, uma como ponte de comunicação da outra, em uma rede articulada. O simbolismo disso revelou a força subversiva e transgressora da união de mulheres: elas articularam uma fuga de Gilead para auxiliar June, a personagem principal da trama, a fugir com sua filha. Cada uma das Marthas, nesse sentido, era um nó dessa malha de resistência ao poder que Gilead lhes impunha, tal como Foucault refere em “História da Sexualidade”:

---

<sup>49</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001, *passim*.

(...) os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais.<sup>50</sup>

Cabe mencionar que existem ainda as Economulheres em Gilead, que são mulheres de classe média que vivem em comunidades e são companheiras dos homens de tal casta social. Tais pessoas compõem eixo social que crê (ou ao menos aparenta crer) no sistema estatal e religioso de Gilead. Por fim, nessa estratificação amparada justamente em performances de expectativa de gênero e imposição de papéis sociais a ele atrelados, existe ainda a categoria das “Não Mulheres”. Estas, justamente em razão do não preenchimento de toda uma série de elementares que comporiam o que é a mulher de Gilead e qual é o seu lugar, são consideradas à parte desse sistema social. Ocupam, portanto, um não-lugar, um lugar de não-sujeito<sup>51</sup>.

As Não Mulheres seriam aquelas não docilizadas nesse sistema, que não acatavam as imposições ou que eram consideradas terminantemente não integráveis ao modelo, como viúvas e lésbicas. Tal contraposição demarca justamente o que busco aqui expor: a essencialização do sujeito *mulher* é tamanha que, em tal distopia, a inobservância de tais prescrições acarreta o completo rompimento com o sistema de categorização: você sequer é reconhecida como mulher. Com efeito, gêneros e representações sociais são perversivos, demarcando as formas de existência e as categorizações culturais, bem como exercendo relevante influência em todas as práticas sociais. E isso não poderia ser diferente quando se trata do direito penal, conforme passarei a expor a seguir.

---

<sup>50</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 104-105.

<sup>51</sup> Aqui agradeço contribuição e reflexão suscitadas por Fernanda Martins quando da apresentação do início da pesquisa no 9º Congresso Internacional de Ciências Criminais da PUCRS, ocasião em que fui brindada justamente com tal provocação, no sentido de que as Não Mulheres eram também integrantes de uma categoria que explicita e demarca exatamente a estereotipação e fixidez generificante de Gilead que aqui busco tensionar.

## **CAPÍTULO 3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO PENAL**

A partir das construções expostas nos capítulos anteriores sobre teorias de gênero e imagens controladoras, pretendo abordar, no presente capítulo, a influência dessas questões na epistemologia jurídica do direito penal, porquanto ela é integrada por representações sociais de maneiras relevantes e pervasivas.

### **3.1. Diálogos entre Representações sociais e o Direito**

Uma noção bastante difundida dentro do espaço acadêmico é que o senso comum é alheio às construções científicas (e vice-versa) e que sua natureza é eminentemente irracional<sup>52</sup>. Essa ideia se embasa na divisão dicotômica de que os conceitos acadêmicos são plenamente racionais, neutros, científicos e lógicos, enquanto o senso comum seria muito mais intuitivo, irracional e sentimental.

Referido binarismo é sintomático de uma perspectiva elitista que a própria academia tem de si mesma, buscando se localizar apartada da acriticidade e acientificidade reputadas à sociedade. Contudo, diversos são os erros que podem ser apontados nessa construção histórica de suposta divisão entre o meio acadêmico e o social, como se o primeiro não fizesse parte do segundo. Com efeito, o reputar de neutralidade das ciências dificulta a forma com que se enfrenta a reprodução de ideias problemáticas do senso comum que integram os entendimentos de “expertises”.

---

<sup>52</sup> “A partir de uma observação minimamente crítica do fenômeno jurídico brasileiro, pode-se constatar a existência de um deslocamento/distanciamento entre o Direito e a Realidade Social, por fatores das mais diversas ordens.

Esse descompasso entre o Direito e os fatos sociais, bem como as dificuldade de acesso à Justiça, geram consequências imediatas, concretas e fundamentais na vida das pessoas, no que diz respeito ao exercício de sua cidadania, à garantia de seus direitos e às condições de vida no geral, especialmente quando se trata dos direitos das mulheres e das relações de gênero.

Contudo, abordagem tradicional que se faz do Direito, nas universidades, nos tribunais, nos livros e até mesmo na própria sociedade civil, organizada ou não, não tem permitido que se conheça essa relação Direito/Realidade Social com clareza e profundidade necessárias para uma efetiva transformação desse Direito e dessa Realidade Social de forma harmônica e mais adequada às necessidades da comunidade.

A tradicional abordagem normativa do Direito, a partir do que se pode chamar de seu “ângulo interno”, privilegia o aspecto formal da lei, não estimulando os juristas a pesquisar o Direito enquanto experiência vivida pela sociedade”. PIMENTEL, Sílvia; PANDJJIARJIAN, Valéria. *Percepções das mulheres em relação ao Direito e à Justiça*. Sérgio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 1996, p.15.

Ainda que assim se pretenda e ainda que por vezes a distância na comunicação assim aponte, o ostracismo acadêmico não deixa esse espaço imune às representações e arquétipos sociais externamente difundidos. É possível que algumas vezes a pretensão de neutralidade seja intencional, justamente para conferir legitimidade a muitas reproduções problemáticas que a academia dissemina, pois lhes são úteis por um viés de manutenção do *status quo* e dos exercícios de poder imanes ao domínio dos conhecimentos.

No que concerne especificamente a tal característica dentro do âmbito jurídico, depreende-se que esse elitismo e essa pretensão de alheamento à sociedade advém da própria origem da consolidação do direito ocidental, juntamente com a construção dos Estados Absolutistas. Gabriel Ignacio Anitua retrata tal contexto ao investigar a origem do poder de julgar no contexto absolutista europeu, em que “o monopólio dos juristas e universitários sobre a administração da justiça recentemente criada” veio a ensejar a sua tendência de “natureza externa à sociedade sobre a qual atuava”<sup>53</sup>, o que indica a genealogia da pretensão de alheamento social característica do direito.

Com efeito, a pretensão de neutralidade e alheamento dificulta enxergar o quanto as representações sociais amplamente pulverizadas socialmente são articuladas nos discursos jurídicos, bem como são engendradas as construções dogmáticas e hermenêuticas. A teoria das representações sociais, elaborada no âmbito da psicologia social em meados da década de 1960, traz à tona apontamentos sobre as referidas dicotomias.

Autores/as pertencentes a este marco teórico buscam compreender a racionalidade que move as massas sociais, também com o objetivo de alcançar as sistemáticas lógicas que integram nosso imaginário enquanto conjunto social<sup>54</sup>. A abordagem dessa análise no presente trabalho, desde tal perspectiva, tem como escopo demonstrar que as ciências jurídicas não são alheias às verdades construídas socialmente, mas que, na realidade, delas se utiliza.

As imagens históricas que habitam nosso imaginário estão imbricadas na consolidação do direito e integradas à epistemologia jurídica. Quer dizer, as representações sociais que amparam e alicerçam as fundações do ramo jurídico acabam influenciando também nos critérios, declarados ou não, de criminalização e julgamento de mulheres, ideia central da presente monografia. A denúncia das origens e perpetuações de paradigmas controladores de categorias dominadas busca repensar, dessa forma, a perspectiva teleológica

---

<sup>53</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Introdução à criminologia: uma aproximação desde o poder de julgar*. Trad. e coord. Augusto Jobim do Amaral, Brunna Laporte, Clarice Beatriz Sohngen e Ricardo Jacobsen. 1ª ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018 p. 48.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, João Manuel de et al. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, p. 597-615, 2006.



do direito. Isso, pois “a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social”<sup>55</sup>.

O esforço de demarcar os *locus* sociais de operadores do direito, nesse sentido, é revelar que ele é um conhecimento politicamente situado. É comum ouvir que determinadas pautas e pesquisas são “políticas”, por explicitarem ativamente as ideologias que as amparam. Contudo, errônea a ideia de que a mera ausência da exposição de tais perspectivas confere neutralidade e objetividade aos estudos. Ao dar aval a uma teoria que apresenta evidentes elementos políticos em sua fundação, tacitamente estar-se-á localizando politicamente determinado viés. E a ausência de exposição disso não torna o ponto e a abordagem menos situada politicamente, mas apenas menos controlável argumentativa e racionalmente o *locus* político e epistemológico de onde se parte.

Nesse sentido, Thula Pires<sup>56</sup> vem denunciando como pacto narcísico esse tácito e tático acordo da branquitude de ausência de reconhecimento de seu *locus* social para manutenção do *status quo*. Quer dizer, a não visibilização desses conhecimentos politicamente situados configura um acordo implícito, que inclusive pode ou não ser consciente, colocando uma capa de neutralidade no lugar de onde partem tais epistemes. Para ela, a branquitude como referência universal maneja o direito como mecanismo de manutenção do privilégio racial.

Assim, ao interpelar essas construções racializando-as, ou seja, situando-as dentro de seus marcadores de raça, tem-se como fundamento o resgate da veia política do direito, reposicionando-o dentro da lógica colonialista, como defende Thula. A autora aduz também o papel do Estado na reprodução de violência e reafirmação das categorias hierarquizadas dos sujeitos, coproduzindo zonas habitadas pelo ser e pelo não ser, diante do papel histórico do direito na construção de sujeitos de segunda classe.

Diversas vozes e teorias contemporâneas se inserem nesse movimento contestatório e de denúncia de bases fundantes de saberes que alicerçam e mantêm formas de dominação de determinados sujeitos, que produzem e perpetuam hierarquizações, que reforçam e recriam paradigmas estereotipados de categorias totalizantes. Assim, parece interessante colocar para dialogar três categorias que vêm sendo tratadas na presente monografia: as representações sociais, o feminismo e o direito penal.

---

<sup>55</sup> ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002, p. 127-147, 2002, p. 131.

<sup>56</sup> OLIVEIRA PIRES, Thula Rafaela de. Criminologia Crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em português. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, Ed. RT, v. 135, ano 25, p. 541-562, set. 2017.

Angela Arruda, traçando diferenças e similitudes epistemológicas entre o projeto do feminismo e o projeto das representações sociais, refere que o primeiro diz respeito a uma valorização e uma centralização do conhecimento a partir de marcos antes invisibilizados. Ou seja, é uma forma de compreensão de mundo e de revisitação da história a partir do privilégio epistêmico das mulheres - ao encontro do que Collins demarca no que tange ao *status* de *outsider within*<sup>57</sup>, abordado anteriormente, quanto à potente e criativa forma de leitura de mundo de mulheres negras, em razão de sua marginalização social.

Quanto à discussão de poder, esta seria “um ponto nodal no primeiro [feminismo], mas não no segundo [representação social]. O primeiro traz embutida uma teoria da ação, enquanto o segundo é uma proposição analítica.”. Uma das principais teorias é, nesse sentido, a do *standpoint* feminista, a qual reafirma a tese de conhecimento situado, defendendo necessidade de visibilização dos “pontos de partida” de onde advém as perspectivas e os marcos teóricos:

Ao ter como objetivo a diversidade de experiência, há a consequente quebra da lógica universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma.

Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos na relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos<sup>58</sup>.

Por outro lado, “o projeto da teoria das representações sociais (...) resgata o senso comum enquanto compartilhado pela sociedade como um todo, entretecido com nossa linguagem e constitutivo de nossas relações e habilidades”<sup>59</sup>. Desse modo, não se colocaria em um campo político nem centralizaria o conhecimento a partir de um *locus* social. A teoria da representação social, em apertado resumo, investiga através da psicologia social o processo de cognição dos sujeitos, partindo das formas de compreensão e de absorção de conhecimento na infância, bem como perpassando a forma de transformação e reorganização cognitiva, de acordo com os saberes e movimentos sociais acessados pelas pessoas. Esse projeto põe em articulação e em interação os processos psicológicos de percepção, pensamento e aprendizagem, tal como refere Arruda:

---

<sup>57</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127.

<sup>58</sup> RIBEIRO, Djamil. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017, p. 61.

<sup>59</sup> ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002, p. 127-147, 2002.

A representação portanto, repito, não é cópia da realidade, nem uma instância intermediária que transporta o objeto para perto/dentro do nosso espaço cognitivo. Ela é um processo que torna conceito e percepção intercambiáveis, uma vez que se engendram mutuamente, como no caso do inconsciente agitado ou do complexo visível a olho nu.

Percebe-se, dessa maneira, o quanto essa teoria se diferencia de outras tradições da Psicologia Social, que sempre se ocuparam de fenômenos psicológicos como percepção, pensamento ou aprendizagem como tópicos isolados e tomados independentemente do que era percebido, pensado ou aprendido na sociedade e na cultura em que acontecem (Moscovici, 1989).

Ainda que existam divergências para um conceito fechado sobre as representações sociais, uma conceituação mais consensual entre pesquisadoras/es do campo, como traz Arruda, seria a formulada por Denise Jodelet, que assim sintetiza: “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”<sup>60</sup>

Ou seja, essa forma de análise da psicologia social diverge de “abordagens cognitivistas, pela sua inépcia em lidar com os processos de construção colectiva de significados”, eis que não levariam “em conta a actividade simbólica, isto é, a actividade de produção de significado.”<sup>61</sup> João Oliveira e Lígia Amâncio cunham a epistemologia proposta por Moscovici como dialógica, tendo em vista sua consolidação como um “projecto de análise da co-construção do conhecimento”, de maneira a refutar “análises cartesianas do conhecimento individual como a verdadeira racionalidade, classificando o conhecimento colectivo como irracional, relacionado com crenças e preconceitos.”<sup>62</sup>

Portanto, ao articular as ideias expostas no capítulo um quanto às formas de construção social dos gêneros, seus significados e significantes históricos, percebe-se que essa forma de organização social implica diretamente nos processos cognitivos pessoais. Tal implicação, por sua vez, em uma relação recíproca, importa na construção de um imaginário coletivo composto por tais representações. E, por fim, para costurar as ideias aqui referenciadas e expostas, esse imaginário social acaba por apresentar imbricamentos decisivos na construção de saberes jurídicos.

Compreender que gênero é categorização que não somente impõe papéis e performances sociais, mas ainda se revela na sedimentação de estereótipos históricos em um inconsciente coletivo, culmina na importância da investigação da influência dessas

---

<sup>60</sup> JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 22.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, João Manuel de et al. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, p. 597-615, 2006, p. 603.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, João Manuel de et al. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, p. 597-615, 2006, p. 603.

representações nas formas de estigmatização que se materializam nos mais diversos meios sociais. Daí emana a pertinência e relevância social da presente monografia pois, com efeito, não seria diferente quando se trata de processos de criminalização e vitimização de mulheres.

### **3.2. O imbricamento de representações sociais de gênero ao poder de punir e de julgar**

Como busco defender, é histórica e sistemática a integração de arquétipos e representações sociais relacionados aos gêneros no sistema jurídico, mormente quando se trata do Sistema de Justiça Criminal. A Criminologia Feminista, nesse sentido, é uma teoria paradigmática no desvelamento dessa questão.

A partir da década de 80, a Criminologia Feminista se torna responsável por inserir, no âmbito do Sistema de Justiça Criminal, uma interpretação macrosociológica pelas categorias de análise de patriarcado e de gênero, como expõe Vera Andrade<sup>63</sup>. Essa inserção se deu mais especificamente para visibilizar e discutir a posição de vítimas em que se encontravam muitas mulheres. Entretanto, a Criminologia Feminista buscou lançar os olhares das criminólogas e dos criminólogos à forma que o sistema de justiça criminal trata as mulheres, em um espectro mais amplo do que aquele proporcionado pelos estudos da vitimologia.

Entendendo a relevância destes marcos teóricos, Andrade denomina o feminismo como um sujeito coletivo monumental do qual advém a consolidação de um novo poder-saber. O feminismo, inserido nessa esfera, originou novos poder e saber ao apresentar-se como “mediador” entre duas histórias: a do saber masculino onipresente e a ausência de um percurso histórico do feminino e de suas dores. Para além disso, possibilitou a visibilização da influência das representações sociais atreladas aos arquétipos de gênero no Sistema de Justiça Criminal, justamente o objeto de análise investigado nesta monografia.

A integração do feminismo à criminologia significa, portanto, não apenas o acréscimo de nova categoria analítica ou de simples adjetivação das teorias em pauta. Mas representa a constituição de novos paradigmas desde os e pelos quais se enxerga o Sistema de Justiça Criminal. Daí por que a autora indica o profundo impacto acarretado pelo feminismo no campo criminológico. Até tal mudança de paradigma, a criminologia permanecia detida pelo androcentrismo de seus objetos e de seus produtores de saber, ambos masculinos.

Assim, esse conhecimento cuja localização política é demarcada busca revisitar a história criminológica traçada anteriormente a partir de uma perspectiva unívoca e essencialmente falocêntrica. A partir disso foi possível verificar que, historicamente, os meios

---

<sup>63</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.

punitivos foram pensados e projetados exclusivamente desde a lógica da transgressão masculina.

Ao praticarem condutas consideradas criminosas, as mulheres foram sempre duplamente punidas e culpabilizadas, pois, além de estarem transgredindo uma norma penal – elaborada majoritária ou exclusivamente por homens –, as mulheres estariam ainda subvertendo as representações sociais, violando o lugar de passividade e feminilidade que lhes fora destinado socialmente. Assim, a pena (ou, em outras palavras, a criminalização terciária) incide sobre a mulher não apenas de forma a sancioná-la e reputá-la como criminosa, mas ainda de maneira a rotulá-la como *fracassada*, como *má mãe*, como *puta*.

Segundo Vera Andrade, o Sistema de Justiça Criminal se apresenta como uma continuação do controle exercido sobre as mulheres, em articulação com os demais sistemas e instituições, formais e informais, que sujeitam e cerceiam a autonomia das mulheres. Para ela, o sistema penal seria genealogicamente comprometido com as matrizes patriarcais e capitalistas, dispondo de uma natureza ontológica de seletividade racista, elitista e machista:

O SJC funciona, então, como um mecanismo público integrativo do controle informal feminino, reforçando o controle patriarcal (a estrutura e o simbolismo de gênero), ao criminalizar a mulher em algumas situações específicas e, soberanamente, ao reconduzi-la ao lugar da vítima, ou seja, mantendo a *coisa* em seu lugar passivo.<sup>64</sup>

Ao analisar o histórico de formas de criminalização é perceptível, como alerta Vera Andrade, que o Sistema de Justiça Criminal se apresenta como mecanismo de controle de e para homens, sendo direcionado às mulheres apenas residualmente. E, nesse direcionamento à criminalização de mulheres, notável a tipificação de crimes relacionados a situações particulares de gênero:

No entanto, devemos voltar ao ponto em que Lombroso diz que os baixos índices de criminalidade feminina estavam ligados ao que a sociedade construiu sobre a maternidade e a prostituição, o que nos remete ao “papel” da mulher – reprodutora e objeto de satisfação sexual dos homens.

A verdade é que as mulheres passam por um processo de controle que se inicia no seio familiar, e o Sistema de Justiça Criminal surge para manter esse controle e tornar a mulher vítima da violência institucional, no sentido de que o SJC reproduz a violência das relações sociais capitalistas (ANDRADE, 2005) e a violência decorrente das relações sociais dos sexos.

Pode-se dizer, então, que apenas as mulheres que subvertem o sistema do controle, rompendo com seus papéis socialmente impostos, serão submetidas ao Sistema de Justiça Criminal.<sup>65</sup>

<sup>64</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005, p. 66.

<sup>65</sup> SOUZA, Laura Guedes; SANTOS, Michelle Karen N. dos; MENDES, Soraia da Rosa. Encarceramento de mulheres e a reprodução das relações sociais dos sexos: uma crítica ao sistema pena a partir da criminologia feminista. In: *Anais do I Congresso de Criminologia(s) crítica(s), minimalismo(s) e abolicionismo(s)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

Quanto à materialização de estereótipos e representações sociais dentro da esfera jurídica na contemporaneidade, a pesquisa de Rochele Fachinetto junto ao Tribunal do Júri revela a mobilização de discursos de gênero em julgamentos de casos de quando eles as matam e de quando elas os matam<sup>66</sup>. A socióloga, a partir da realização de etnografia de sessões de júri em que homens eram julgados por assassinar por mulheres e em que mulheres eram julgadas por assassinar homens, independentemente da motivação dos crimes, verificou que os significados de gênero configuram um capital simbólico do qual os juristas lançam mão para produzir narrativas de perfis condenáveis ou absolvíveis.

A particularidade da liberdade discursiva proporcionada pelo Tribunal do Júri é capaz de revelar tais questões de maneira muito mais nítida, pois os debates possibilitam a articulação de discursos localizados para muito além das normas positivadas, suscitando valorações morais e representações sociais que em circunstâncias judiciais externas ao Tribunal do Júri jamais seriam autorizadas. Fachinetto demonstra com seus estudos etnográficos que as representações sociais de gênero são utilizadas largamente em sede de debates orais durante as sessões de plenário, o que se denota pertinente ao trabalho aqui desenvolvido, pela exposição concreta das questões ora problematizadas.

Essas utilizações são também ambivalentes e conjunturais, porquanto o signos de gênero são invocados de acordo com aquilo que se busca sustentar: ora costurando imagens de mulheres recatadas, trabalhadoras, honestas e respeitáveis, ora tecendo perfis de mulheres vulgares, más mães, vadias, feias e não merecedoras de respeito. Todo um jogo sobre qual a perspectiva a ser explorada em cada caso, a depender da posição defensiva ou acusatória e, nas palavras de Rochele, um mosaico com a imagem da vítima ou do/a acusado/a vai sendo montado. Assim, não especificamente são usadas técnicas jurídicas em tal setor, mas com grande frequência são mobilizados modelos de inteligibilidade daqueles sujeitos, em que classe e gênero são extremamente potentes e necessários.

No júri, encontra-se, isto é certo, muito mais em pauta a disputa argumentativa para alicerçar defesas ou acusações através da mobilização de dimensões morais concernentes a gênero. Especificamente em relação às mulheres, Rochele indica que até mesmo suas performances sexuais são recorrentemente utilizadas para construir essas imagens absolvíveis ou condenáveis, expondo-as deliberada e excessivamente face ao corpo de jurados/as. Tal

---

<sup>66</sup> FACHINETTO, Rochele Fellini. *Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil, 2012.

questão inclusive se apresenta como um legado histórico das categorias de “mulher honesta” e “mulher não honesta”, cujos conceitos eram elementares à tipificação penal do crime estupro<sup>67</sup>.

Outrossim, apesar da particular liberdade propiciada às partes no âmbito do Júri, é sintomático o uso de narrativas que se pretendem verdades jurídicas amparadas intimamente a tais papéis, expectativas e representações sociais. Quer dizer, apenas mais demarcado e escrachado são essas articulações em sede de Tribunal do Júri. Quanto à mobilização de símbolos de gênero na constituição de conceitos normativos, assim explicita Soraia da Rosa Mendes:

Enquanto elemento constitutivo, o gênero pressupõe a construção social dos indivíduos que se relaciona à ideia de mulher e de homem. Nessa construção, é de vital importância a difusão de símbolos culturalmente disponíveis que agregam representações múltiplas sobre o feminino e o masculino. Os símbolos, dotados de uma ideia de permanência atemporal, são interpretados e introduzidos através de conceitos normativos, tais como os encontrados nas doutrinas religiosas, nas práticas educacionais e nas leis.

Como forma primária de relações de poder, por sua vez, o gênero é um campo primário no qual, ou mediante o qual, se articula poder. Ou seja, o gênero tem sido uma forma habitual de facilitar a significação do poder. O gênero se dissolve na conceitualização e constituição do próprio poder (SCOTT, 2013).<sup>68</sup>

Tais noções e articulações são imprescindíveis para a análise dos casos que a seguir serão examinados, porquanto a ciência prévia quanto aos profundos imbricamentos entre estereótipos de gênero aos sistemas de controle e, mais especificamente, ao sistema jurídico, é ponto fulcral para a presente monografia, consubstanciando a chave-crítica a partir da qual se depreendem violações de diversos direitos das mulheres, como passo a expor a seguir.

---

<sup>67</sup> “E muito embora a definição legal do estupro (art. 213) prescindia desta exigência, a lógica da honestidade é tão sedimentada que “os julgamentos de estupro, na prática, operam, sub-repticiamente, uma separação entre mulheres ‘honestas’ e mulheres ‘não honestas’. Somente as primeiras podem ser consideradas vítimas de estupro, apesar do texto legal”.

Desta forma, o julgamento de um crime sexual – inclusive e especialmente o estupro – não é uma arena onde se procede ao reconhecimento de uma violência e violação contra a liberdade sexual feminina nem tampouco onde se julga um homem pelo seu ato. Trata-se de uma arena onde se julgam, simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é – ao lado do status familiar – uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina quanto a variável status social o é para a criminalização masculina.” ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005, p. 68-69.

<sup>68</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 87.



## CAPÍTULO 4. ANÁLISE EMPÍRICA DOS JULGADOS

### 4.1. Os casos de aborto

Inicialmente, cumpre esclarecer o contexto social no qual o aborto se insere no país. As práticas sociais de autoaborto e aborto consentido pela gestante são criminalizadas por meio dos artigos 124 e 126 do Código Penal Brasileiro, respectivamente<sup>69</sup>. Tais disposições são oriundas do ano de 1940, estendendo-se aos dias de hoje, tendo em vista a ausência de modificação legal desde a edição do Código.

A autorização legislativa para interrupções de gravidez se adstringe a casos bastante pontuais de gestação oriunda de estupro e de gravidez que acarrete perigo de morte à gestante, previsões também oriundas do Código<sup>70</sup>, ampliando-se apenas aos casos de fetos anencéfalos por decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54.

Os três tipos de hipóteses de abortamento legal (como costuma ser chamado na rede hospitalar) prescindem de registro de ocorrência ou de autorização judicial, devendo o procedimento ser realizado nos hospitais de referência e capacitados para tanto, os quais fazem parte do Sistema Único de Saúde. Geralmente estes serviços integram a rede de acolhimento a vítimas de violência sexual - caso mais recorrente de realização do procedimento -, rede que abarca uma série de outras medidas de acolhimento manejadas por equipes multidisciplinares, dando conta desde a profilaxia de doenças até ao encaminhamento a atendimentos psicossociais<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro [...]

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54)

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

<sup>70</sup> Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

<sup>71</sup> CONTE, Vanessa. Aborto legal é tema de colóquio no Hospital Presidente Vargas. *Portal Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, 30 de novembro de 2016. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=190519&ABORTO+LEGAL+E+TEMA+DE+COLOQUIO+NO+HOSPITAL+PRESIDENTE+VARGAS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=190519&ABORTO+LEGAL+E+TEMA+DE+COLOQUIO+NO+HOSPITAL+PRESIDENTE+VARGAS)>. Consultado em novembro de 2018.

Quanto a prática social de aborto no país, através de coleta domiciliar com urna, por um meio de anonimato das cédulas de respostas, apenas com pesquisadoras mulheres (métodos que buscam maior confiabilidade das respostas, ante aos riscos e polêmicas envolvidos no assunto), a Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA 2016)<sup>72</sup>, coordenada por Débora Diniz, revelou que 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos, já realizou o aborto. A clandestinidade e os meios inseguros de realização do procedimento acarretam a precarização de determinadas vidas, tendo em vista que o aborto hoje é a quinta causa de morte de gestantes no país<sup>73</sup>. Tais mortes são plenamente evitáveis por meio de adoção de uma política pública no âmbito da saúde, um dos motivos pelos quais se considera que o aborto é uma questão de saúde pública.

O ginecologista e obstetra Jefferson Drezett<sup>74</sup>, ex-coordenador do maior serviço de abortamento legal do país, elucida que para assim considerar-se um problema, ele não pode ser algo pontual e esporádico, mas sim sistemático e recorrente. O outro requisito para um problema ser considerado como de saúde pública, é que ele precisa ensejar real e significativo impacto à saúde da população. E, no que tange aos procedimentos de aborto, conforme Drezett, ambos os aspectos estão presentes. Para ele, a lei criminalizadora seria eficaz para matar mulheres, diante do relegar da interrupção da gravidez à clandestinidade.

Nesse sentido, forçoso reconhecer que a postura criminalizante fomenta a desinformação e a inacessibilidade do procedimento, principalmente ao se atentar aos marcadores de classe e raça, uma vez que mulheres em situações econômicas mais privilegiadas conseguem ter maior acesso ao procedimento e de maneira mais célere, o que diminui os riscos, ainda que seja clandestino o procedimento. Já aquelas que se encontram em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, apenas conseguem acessar o procedimento de maneira bastante muito insegura e com a gravidez mais avançada, sendo submetidas a situações altamente nocivas a sua saúde.

O mapeamento feito pela Diretoria de Pesquisa e Acesso à Justiça da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro buscou traçar o perfil de mulheres criminalizadas por autoaborto ou por consentimento de realização de abortamento e constatou que a maioria

---

<sup>72</sup> DINIZ, Debora Diniz; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto 2016*. Ciência saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2.

<sup>73</sup> CASTRO, Carolina Oliveira; TINOCO, Dandara; ARAÚJO, Vera. Tabu nas campanhas eleitorais: aborto é feito por 850 mil mulheres a cada ano. *O Globo*, 19 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tabu-nas-campanhas-eleitorais-aborto-feito-por-850-mil-mulheres-cada-ano-13981968>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

<sup>74</sup> DIP, Andrea. Lei é eficaz para matar mulheres, diz especialista. *Pública*, 17 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/09/lei-e-eficaz-para-matar-mulheres-diz-pesquisador/>>. Acesso em setembro de 2018.

delas são negras, pobres, mães, com idades entre 22 e 25 anos e sem antecedentes criminais<sup>75</sup>. A pesquisa também demonstrou que 30% dos processos se iniciaram por conta de “denúncias” realizadas pela equipe hospitalar em contextos de mulheres que realizaram aborto clandestino e apresentaram complicações, ao buscarem auxílio médico. As informações prestadas por médicos/as para fins de criminalização das mulheres dispõem de relevâncias e particularidades ímpares, o que será melhor explorado adiante.

Os marcadores sociais de raça e classe são substanciais, desse modo, para definir os contextos, as escolhas, os caminhos percorridos e os tratamentos dados àquelas que decidem interromper a gestação. Embora a PNA 2016 tenha demonstrado uma elevada ocorrência social da prática de aborto de maneira ampla na sociedade, o estudo também apontou que o índice de abortamento é maior entre as mulheres negras e entre mulheres com menor nível de escolaridade, ainda havendo diferenças em relação à região do país<sup>76</sup>.

Os perfis socioeconômicos de tais mulheres são também decisivos para determinar eventual criminalização secundária da conduta, como demonstrou a pesquisa realizada no Rio de Janeiro<sup>77</sup>. Djamila Ribeiro, nesse passo, chama a atenção para a necessidade de visibilização das especificidades acarretadas pelos marcadores sociais para o planejamento de políticas públicas:

quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social, justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço do modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.<sup>78</sup>

Com efeito, os resultados da pesquisa feita pela DPE-RJ possibilitaram verificar que as rés criminalizadas por aborto podiam ser enquadradas em dois grupos cujos contextos e marcadores sociais são muito bem demarcados. O primeiro deles era composto por mais

---

<sup>75</sup> Diretoria de Pesquisa e Acesso à Justiça. *DPRJ traça perfil de mulheres criminalizadas pela prática do aborto*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5372-DPRJ-aponta-perfil-da-mulher-criminalizada-pela-pratica-do-aborto>>. Acesso em abril de 2018.

<sup>76</sup> DINIZ, Debora Diniz; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto 2016*. Ciência saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660.

<sup>77</sup> Diretoria de Pesquisa e Acesso à Justiça. *DPRJ traça perfil de mulheres criminalizadas pela prática do aborto*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5372-DPRJ-aponta-perfil-da-mulher-criminalizada-pela-pratica-do-aborto>>. Acesso em abril de 2018.

<sup>78</sup> RIBEIRO. Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017, p. 43.

mulheres negras (60%), com menor escolarização e profissões menos remuneradas (tais como servente, manicure, auxiliar de cozinha, faxineira, entre outras). Estas realizaram, em sua maioria, autoaborto com tempo gestacional muito mais avançado (várias com mais de cinco meses de gestação), muitas delas em sua própria residência, apresentando complicações e depois buscando hospitais públicos, onde acabaram sendo criminalizadas. Já o segundo grupo mapeado na pesquisa era composto por uma maioria de mulheres brancas (53%), com maior escolarização e profissões mais bem remuneradas (tais como auxiliar administrativa, vendedora, técnica de enfermagem, assistente financeira, administradora, entre outras), sendo criminalizadas pelo vínculo com clínicas abortivas, ao que, frisa-se, todas elas realizaram a interrupção da gravidez antes de doze semanas de gestação.

De salientar que, embora existam essas relevantes diferenciações por conta de raça e classe, as mulheres em condições mais abastadas também se encontram sujeitas a contextos que precarizam suas vidas ao realizar a interrupção da gravidez por meios clandestinos. A investigação da DPE-RJ, nesse sentir, demonstrou que o contexto de ilegalidade expõe as mulheres a situações de desinformação, preocupação, incomunicabilidade e insegurança, para além da exposição ao risco de morte, o que inclusive ocorreu em um caso investigado em tal pesquisa, em que uma jovem pagou R\$ 3.500,00 em um aborto clandestino que acabou acarretando sua morte.

Ainda que existam muitas mulheres que interrompam voluntariamente a gravidez, cujas vidas são postas em risco, há um parco número de criminalizações secundárias. Consoante informações prestadas pelo Ministério Público a um grupo de trabalho que investigava a criminalização do aborto<sup>79</sup>, 375 procedimentos investigatórios chegaram ao órgão por conduta de autoaborto - artigo 124 do Código Penal -, entre os anos de 2013 e 2016. Entretanto, apenas 65 destes procedimentos culminaram em ações criminais e destes, apenas 06 tramitaram no âmbito local de Porto Alegre, sendo que 3, à época das prestação das informações, já tinham sido extintos (um por prescrição e dois por suspensão condicional do processo, com posterior extinção da punibilidade).

Pois bem, após breve contextualização da conjuntura do fenômeno social do aborto no Brasil, a qual se revela necessária para uma abordagem mais consciente e qualitativa de tema tão sensível e polêmico quanto esse, passo à exposição da análise empírica dos julgados.

---

<sup>79</sup> Como encaminhamento do I Colóquio Estadual sobre Aborto Legal foi tirado um grupo de trabalho para analisar a possibilidade de impetração de Habeas Corpus a mulheres presas ou incriminadas por aborto, em virtude do voto do Ministro Barroso no HC 124.306, julgado pelo STF. Para isso, este grupo de trabalho, com base na Lei de Acesso à informação, enviou ofícios à diversos órgãos, dentre os quais o Ministério Público.

Para elencar os casos que seriam escolhidos para o estudo qualitativo, levei em conta resultados do site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul através do filtro de classificação do Conselho Nacional de Justiça de “aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento”.

A partir disso, sobrevieram 44 julgados situados temporalmente entre os anos de 2018 e 2009. Desse universo, 18 julgamentos enfrentavam mérito, sendo que os demais tratavam sobre exame de admissibilidade ou acabavam não discutindo o crime de aborto em sua especificidade. Dentre esses 18, foram escolhidos como paradigma de análise os 09 mais recentes<sup>80</sup>, distribuídos igualmente entre as três Câmaras Criminais competentes (1ª a 3ª), a fim de possibilitar uma visão mais ampla das tendências de julgamento nesta Corte.

Das 09 decisões analisadas, 05 foram prolatadas em favor da ré. Estas decisões foram mais técnicas e objetivas, não se atentando muito às particularidades do crime de aborto. Ou ainda foram posições que tergiversaram a questão, porquanto utilizaram de argumentos que revelam uma tentativa de adequação social mascarada por parte dos julgadores. Nesse viés um julgado da Terceira Câmara Criminal (apelação nº 70062569231) em que, por maioria, foi mantida absolvição da acusada sob o fundamento de potencial desconhecimento da ilicitude do fato pela ré, mesmo tendo ela, ao ser interrogada, confessado a prática do aborto e respondido que tinha ciência da criminalização da conduta. O voto vencedor amparou-se ainda brevemente no voto do Ministro Barroso no STF, no julgamento do HC 124.306, sobre a inconstitucionalidade da criminalização do aborto no primeiro trimestre de gestação.

Quer dizer, algumas decisões aparentam buscar fundamentos manifestamente falsos para respaldar uma posição que é, ao fim e ao cabo, eminentemente política, tal como todas as decisões judiciais proferidas. Contudo, deixam de adentrar na discussão aprofundada sobre a constitucionalidade da manutenção da criminalização do aborto. O referido julgado parece ir nesse sentido, porquanto se utiliza desse potencial desconhecimento da ilicitude do fato pela acusada mesmo tendo ela informado, quando interrogada, que tinha ciência de que a conduta de aborto é considerada crime.

---

<sup>80</sup> A seleção de julgados foi feita no mês de setembro de 2018 e os números dos acórdãos analisados são os seguintes:

- 1ª Câmara Criminal - 70072737042, Habeas Corpus julgado em 08/03/2018; 70046447520, Habeas Corpus julgado em 18/01/2012; 70032551004, Recurso em Sentido Estrito julgado em 09/12/2009.
- 2ª Câmara Criminal - 70070184684, Recurso em Sentido Estrito julgado em 27/03/2018; 70064987209, Recurso em Sentido Estrito julgado em 20/10/2016; 70064699432, Recurso em Sentido Estrito julgado em 25/06/2015.
- 3ª Câmara Criminal - 70067922724, Recurso em Sentido Estrito julgado em 23/05/2018; 70062569231, Apelação julgada em 03/05/2018; 70065974032, Recurso em Sentido Estrito julgado em 27/07/2016.

Tal forma de jurisdição geralmente acaba sendo manejada dentro da mobilidade de discricionariedade que alguns espaços argumentativos fornecem aos julgadores. Ou seja, a forma de tergiversar o mérito de algumas discussões recorrentemente se ampara na tentativa de validação e de manutenção da decisão prolatada, porquanto o enfrentamento explícito de algumas questões acaba dando como provável a revisão e modificação do desfecho elencado. Para além disso, o referido julgado ainda se apoiou no fato de que a “ré que demonstra arrependimento e sofre nitidamente com o fato”, caindo em subjetivismos e benevolências. Ora, se outra mulher que não sofresse de maneira nítida e explícita, suscitando condolências dos julgadores, não mereceria um julgamento justo?

Reputo problemática esse modo de jurisdição, eis que se trata de uma forma de decisão não devida e adequadamente fundamentada, o que deixa de possibilitar tanto a construção de um sistema jurídico mais racionalmente controlável, como também o confronto responsável, por parte do judiciário, de questões sensíveis que lhes cabe julgar. O modelo processual penal brasileiro adota o sistema do livre convencimento motivado<sup>81</sup>. Assim, quem julga uma ação criminal deve encontrar sua convicção sobre o deslinde do feito por meio da livre apreciação das provas reunidas aos autos, não havendo regras prévias positivadas que disponham sobre o peso, eficácia ou valor de cada prova.

A limitação ao poder de julgar, contudo, se encontra no dever e nas garantias constitucionais de motivação das decisões<sup>82</sup>. A valoração que é dada a cada prova, de tal forma, deve ser fundamentada, justificando-se, por meio da explicitação de razões verificáveis e controláveis, o desfecho a ser adotado em cada caso, o que configura um mecanismo de aferição da legitimidade da conclusão decretada. Ainda que a ausência de fundamentação possa, inclusive, ensejar nulidade de decisões proferidas, como preceitua a Constituição, vige uma lógica de inexigibilidade de exposição pormenorizada dos argumentos considerados válidos e confronto de todas as teses apresentadas pelas partes<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Código de Processo Penal, Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

<sup>82</sup> Constituição Federal de 1988, Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...]

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação

<sup>83</sup> Nesse sentido o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça: “PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar

Ante a tais considerações, avalio que a ausência de enfrentamento devidamente fundamentado nas decisões judiciais de aborto quanto à adequação social e à constitucionalidade da manutenção da criminalização de tal conduta se revelam problemáticas. Ainda que se possa cogitar benéfico o tergiversar desses pontos para fins de absolvição das mulheres selecionadas pelo sistema penal, tem-se que a autorização dessa forma mascarada, insensata e irresponsável de analisar a discussão permite a reprodução da mesma lógica que legitima decisões prejudiciais às acusadas pela prática de abortamento.

Quer dizer, dar aval a essa forma de jurisdição é também validar, por via transversa, a desnecessidade de devida e controlável fundamentação das decisões emanadas pelo poder judiciário. Para além disso, deixar de considerar problemática a postura de mascaramento dos reais intuitos políticos que uma decisão judicial profere, tão somente por ser conveniente, é desonesto politicamente e também uma “faca de dois gumes”. Por tais motivos, compreendo que o intuito de análise dos julgadores dos crimes em comento deveria enfrentar devidamente fundamentado o princípio da adequação social, não de modo tangencial, mas sim substancial e integrando o mérito da discussão. Quanto a tal princípio, assim elucida Fernando Galvão:

Sem dúvidas, a criminalidade e o delito não fazem parte de uma realidade natural, mas sim de uma construção jurídico-social que depende dos juízos valorativos que produzem a qualidade de criminoso na conduta à qual se aplicam. É a atividade de definição do que é delituoso ou não, realizada pelos componentes das instâncias que detêm o poder de controle social, que relacionam os indivíduos e suas condutas à consideração de criminoso e de crime. (...)

A ideia central da teoria da adequação social é que as condutas que se movam nos limites da ordem ético-social, ainda que formalmente enquadrem-se na previsão típica, não poderão subsumir-se a ela. A base de tal posicionamento é que o tipo penal é um tipo de injusto e que uma conduta somente poder ser punida quando inadequada ao convívio social, na perspectiva de seu momento histórico.<sup>84</sup>

Observou-se que a adequação social, de maneira muito superficial e não como o principal argumento, foi utilizada nesse julgado da Terceira Câmara Criminal, imbricando representações sociais da maternidade. Diferentemente de algumas posições quanto aos crimes comissivos por omissão, o que se demonstrará adiante, nesse julgamento a condição de maternidade da ré, por já ter uma filha, bem como a manifestação de arrependimento e sofrimento pelo abortamento feito, foram fatores também utilizados a embasar a manutenção

---

obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. *O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.* A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (...)” (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016, grifei)

<sup>84</sup> GALVÃO, Fernando. *Direito penal: parte geral*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 302-303.

de absolvição, culminando em posturas alicerçadas em ontologismo e benevolência por parte do judiciário.

Quanto às demais decisões judiciais analisadas, uma delas, também da Terceira Câmara Criminal (RSE nº 70067922724), declarou manifestamente ilícita a prova que embasava a acusação, determinando o desentranhamento dos autos, com a consequente impronúncia da recorrente. Tal discussão concerne à juntada de prontuário médico da acusada para fins de sua criminalização, questão esta de extrema importância. A defesa da acusada pugnou pela nulidade de tal prova, sob o argumento de violação ao sigilo médico. Também referiu a proteção constitucional à intimidade da paciente, ao que as confidências médicas somente poderiam ser reveladas com autorização judicial prévia ou em situações excepcionalíssimas, em razão da objetiva vedação pelo Código de Ética Médica<sup>85</sup>.

Tais insurgências foram acolhidas no julgamento do Recurso em Sentido Estrito. Porém, o STF desconstituiu a decisão, por entender que não havia nexo de causalidade entre o prontuário e as demais provas, uma vez que aquele poderia ter sido juntado posteriormente perante determinação judicial, o que, por si só, excluiria a derivação probatória. Quando do retorno ao TJRS, novamente proferida decisão colegiada no sentido da impronúncia, entretanto por fundamento de ausência de indícios suficientes das elementares do crime (dolo, gestação, manobra abortiva e morte do embrião), tendo em vista que existiriam indícios razoáveis de que o abortamento teria sido espontâneo.

Merece especial atenção a violação do dever de sigilo médico como fator central na criminalização de mulheres. Como referido anteriormente, a pesquisa realizada pela DPE-RJ verificou que cerca de 30% dos casos foram iniciados a partir de informações prestadas pelos próprios hospitais quanto à prática de aborto para a criminalização das mulheres. Dentre os 09 julgados que analisei na pesquisa empírica, entretanto, o resultado foi ainda maior: em 2/3 dos casos foi feito o uso de prontuário médico, relato de integrantes da equipe médica ou informação pelo próprio hospital para a criminalização das mulheres na prática de interrupção voluntária de gravidez.

---

<sup>85</sup> IX - SIGILO PROFISSIONAL

É vedado ao médico:

Art. 73. Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.

Parágrafo único. Permanece essa proibição: a) mesmo que o fato seja de conhecimento público ou o paciente tenha falecido; b) quando de seu depoimento como testemunha. Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento; c) na investigação de suspeita de crime, o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.



A Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Aborto, editada pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Atenção à Saúde e pelo Departamento de ações Programáticas estratégicas no ano de 2011, é taxativa no que tange ao dever de sigilo profissional de médicos e médicas sobre aborto de mulheres atendidas na rede hospitalar, seja ele espontâneo ou provocado. A Norma ainda transcreve, junto ao ponto, a previsão do crime no Código Penal de inobservância desse dever, bem como colaciona a disposição constitucional sobre a questão, tal como segue:

Diante de abortamento espontâneo ou provocado, o(a) médico(a) ou qualquer profissional de saúde não pode comunicar o fato à autoridade policial, judicial, nem ao ministério Público, pois o sigilo na prática profissional da assistência à saúde é um dever legal e ético, salvo para proteção da usuária e com o seu consentimento. O não cumprimento da norma legal pode ensejar procedimento criminal, civil e ético-profissional contra quem revelou a informação, respondendo por todos os danos causados à mulher.

É crime: “revelar alguém, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem” (Código Penal, art. 154).

Constituição Federal: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização material ou moral decorrente de sua violação” (art. 5º, X).<sup>86</sup>

Nesse sentido, no dia 08 de março deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu a ordem de um *habeas corpus* para trancar uma ação penal contra uma jovem de 21 anos, justamente pela quebra de sigilo médico, tendo a corte reconhecido que “as provas utilizadas para incriminá-la eram ilícitas, pois foram obtidas após a médica que a atendeu num hospital público tê-la denunciado, em violação ao sigilo profissional”<sup>87</sup>.

Não obstante a expressa previsão deste dever em normativas estatais, bem como a tipificação desta conduta como crime pelo Código Penal, dos seis julgados aqui examinados em que estava presente essa violação aos direitos das mulheres então criminalizadas, em apenas um deles isso foi enfrentado. E, neste único caso, o STF ainda desconstituiu a decisão do TJRS, entendendo que as informações contidas no prontuário médico poderiam ser acessadas por meio de autorização judicial, o que por si só sanaria a flagrante nulidade do feito.

---

<sup>86</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas estratégicas. *Atenção humanizada ao abortamento*: norma técnica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, p. 19.

<sup>87</sup> “A decisão foi proferida no dia 8 de março por maioria de votos pela 15ª Câmara de Direito Criminal. O pedido foi elaborado pelas Defensoras Públicas Ana Rita Souza Prata e Paula Sant’Anna Machado de Souza, Coordenadoras do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, e integra um conjunto de 30 *habeas corpus* impetrados em favor de mulheres acusadas criminalmente de aborto.” Quebra de sigilo médico causa nulidade de ação criminal de aborto. *Justificando*, 13 de março de 2018. Disponível em: <[http://www.justificando.com/2018/03/13/quebra-de-sigilo-medico-causa-nulidade-de-acao-criminal-de-aborto/?fbclid=IwAR2sFAEjy5MnCJaqrGlUjOW\\_BDwyxJNnknCpqOdOnUUnJHtvxYy3bwiq9s](http://www.justificando.com/2018/03/13/quebra-de-sigilo-medico-causa-nulidade-de-acao-criminal-de-aborto/?fbclid=IwAR2sFAEjy5MnCJaqrGlUjOW_BDwyxJNnknCpqOdOnUUnJHtvxYy3bwiq9s)>. Consultado em novembro de 2018.

Interessante frisar, assim, a centralidade da utilização ilícita do saber médico na criminalização de mulheres pelo delito de aborto. A fim de ilustrar a ampla recorrência de utilização de prontuários médicos nos julgados aqui examinados, colaciono abaixo uma imagem de “nuvem de palavras” feita a partir de um *site* com um documento contendo o inteiro teor de todos os 09 votos dos acórdãos analisados. Ressalto que, quanto maior a palavra na nuvem, maior a sua reiteração nos textos examinados. Para fins comparativos, portanto, é possível verificar que a palavra “prontuário” apresenta tamanho similar à palavra “aborto” - tipo penal ora em comento, ao que sua recorrência nos acórdãos é, obviamente, bastante preponderante. Esse mecanismo visual e ilustrativo de análise é capaz de conferir contornos nítidos à preponderância de tal prova na criminalização das mulheres.

Ilustração: WordCloud Julgados Aborto<sup>88</sup>

Diante dos imbróglios trazidos, é possível concluir que a imposição da maternidade que recai sobre as mulheres se materializa nas estigmatizações e criminalizações de condutas de interrupções de gravidez. As referidas posturas institucionais de incriminação de mulheres pela rede médico-hospitalar têm como escopo controlar, supliciar e disciplinar aquelas que

transgridem as normas morais impostas, sendo tais estigmatizações e criminalizações consideradas justas, necessárias e legítimas pela anuência do Poder Judiciário, mesmo que isso configure frontais violações de direitos destas mulheres, como elucidado acima. Quanto ao ponto, Caroline Bispo é precisa na crítica, pois, em suas palavras:

Eis aí a expressão máxima do quanto o não-pertencimento feminino aos espaços de fala aduba o patriarcalismo totalitário e reafirma que o papel da mulher no registro biográfico da humanidade é o de ser frívolo, pueril, irresponsável e intelectualmente inferior ao homem. E para que nada abale a “ordem natural” das coisas, é justo e necessário supliciar e disciplinar as que ousam pensar que são donas do próprio corpo e interrompem a gravidez,

Acontece que em Estados Democráticos há um compromisso que visa garantir os Direitos Fundamentais. O problema é que sem liberdade não há igualdade e se o direito de liberdade somente pode ser exercido na interação entre pessoas, nesse intercâmbio de ideias não pode haver interferências na autonomia individual quando decisões privadas são tomadas.<sup>89</sup>

(...)

No âmbito das decisões judiciais, o aborto não recebe tratamento diferente, pois a laicidade, que deveria servir de critério para a compreensão das normas penais incriminadoras dessa conduta, cede terreno a moral religiosa em evidente afronta à igualdade de gêneros, operando como instrumento de desrespeito aos direitos fundamentais das mulheres.<sup>90</sup>

Ademais, a articulação entre o saber médico e o saber jurídico, enquanto instituições formais e estatais, tem como efeito o controle sobre a autonomia das mulheres, fazendo recair sobre elas não apenas o julgamento moral, como também a efetiva criminalização secundária de suas condutas, as quais são inadmitidas por parte dos operadores desses sistemas institucionais que as empurram para dentro do sistema de justiça criminal. Michel Foucault já revelava que o saber-poder da medicina, tal como o do direito, esteve historicamente atrelado e subordinado a uma moral vigente, sempre disposto a “correr em socorro da lei e da opinião pública dominante; mais servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade”<sup>91</sup>.

Por fim, pertinente ainda explicitar que em 05 dos 09 casos estudados, houve a confissão da prática do aborto por parte da acusada. Segundo Foucault<sup>92</sup>, a confissão é um legado histórico advindo da época inquisitorial e da igreja católica, a qual funciona como mecanismo de poder entre quem interroga e quem confessa suas práticas. Nos casos

---

<sup>89</sup> BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. In: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas: por um direito menos machista*. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 32.

<sup>90</sup> BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. In: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas: por um direito menos machista*. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 34.

<sup>91</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 60.

<sup>92</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 66-69.

pesquisados, portanto, verifica-se a instalação de rituais de confissão dos abortamentos realizados, articulado pela relação de poder entre as autoridades institucionais a interrogar e as mulheres. Impelidas pela culpa construída socialmente e pela imposição de confessar seus atos, acabaram produzindo provas contra si mesmas.

Quer dizer, a mobilização das representações sociais de gênero repercute em ressentimentos subjetivos às mulheres que interromperam a gestação, o que permite cogitar sua influência no impulso confessório. Vez mais os estereótipos e controles pautados pelo gênero podem ser depreendidos dos casos em apreço.

## 4.2. Os casos de crimes comissivos por omissão

O segundo tipo de criminalização elencado para ser abordado na presente pesquisa não se trata de um tipo penal especificamente, tal como o de aborto. Refere-se, por outro lado, de um modo de cometimento de crime. O artigo 13 do Código Penal Brasileiro, com redação dada pela Lei nº 7.209/1984 prevê que “o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa”, ao que considera como “causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”. Já o parágrafo §2º do mesmo artigo, dispõe acerca da relevância da omissão, nos seguintes termos:

- Relevância da omissão  
§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:
- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
  - b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
  - c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

O enquadramento da criminalização de mulheres mães, nessa esfera, advém da disposição prevista na alínea “a”, do §2º, do referido artigo, em virtude do dever legal de proteção das crianças. Desse modo, me aterei aqui apenas a análise dessa hipótese, tendo em vista a desnecessidade de tratar das duas outras alíneas, diante do objeto de averiguação da monografia.

Pois bem, em tais termos, encontra-se previsto no Código Penal Brasileiro a forma de cometimento crimes comissivos por omissão. A particularidade desse modo de cometimento emana justamente do nexo causal entre o desfecho e a conduta do agente. Diferentemente da forma usual de cometimento dos crimes, na qual o nexo causal reside entre a ação e o resultado, nessa forma de perpetração de crime o nexo se revela exatamente na ausência de evitação do desfecho, em razão de um dever de agir imposto ao agente. Nessa senda, Cezar Roberto Bitencourt assim conceitua o crime comissivo por omissão:

Nestes crimes *o dever de agir* é para evitar um resultado concreto. O agente deve agir com a *finalidade* de impedir a ocorrência de determinado evento. Nos crimes *comissivos por omissão* (omissivos impróprios) há, na verdade, um crime material, isto é, um crime de resultado, exigindo, consequentemente, a presença de um nexo causal entre a ação omitida (esperada) e o resultado.<sup>93</sup>

A responsabilidade penal emana aqui da imposição do dever de proteção inobservado, recaindo sobre o agente a imposição do impedimento do dano. O nexo encontra-se, de tal maneira, na inação, na não proteção, na conduta de omissão face à lesão: “uma *expectativa frustrada* de ação, somente conhecível por um juízo de valor. Nesse sentido,

---

<sup>93</sup> BITENCOURT. Cezar Roberto. *Código Penal: comentado*. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2012, p. 123.

omitir uma ação não significa, simplesmente, não fazer nada, mas não fazer *algo determinado* pelo direito.”<sup>94</sup> Cumpre salientar, outrossim, que a modalidade admite a forma culposa ou dolosa de perpetração, ou seja, pode ser uma omissão intencional ou ainda uma omissão manifestada por meio de negligência ou imprudência, por exemplo<sup>95</sup>.

Quanto ao agente ativo de tais crimes, este deve figurar na posição de garantidor. Ou seja, não é sobre qualquer tipo de pessoa que recai tal dever de agir, mas sim àquela sobre a qual se impõe o dever de defender o bem e evitar o dano a quem são garantidoras. Sheila Bierrenbach elucida, nessa senda, que “os omitentes respondem pelo resultado morte não porque o tenham causado por via da conduta ativa descrita pela figura típica, mas por não terem agido em defesa do bem, com o escopo de tentar impedir o evento.”<sup>96</sup>

A posição de garante é central nessa modalidade de crime, pois revela a qualidade subjetiva do agente que tem a responsabilidade de quebrar a cadeia causal que culminará no resultado de ofensa ao bem, não por sua causação, mas pelo dever que lhe incumbe. Para Juarez Tavares, se trata de uma omissão qualificada, em razão da particular qualidade do agente, uma vez que “essa relação especial do sujeito (qualificado) para com a vítima corresponde a um dever especial de proteção, diferentemente do dever geral de solidariedade dos delitos omissivos próprios”<sup>97</sup>. Tal dever advém da previsão legal de proteção, ou seja, não emana de uma norma proibitiva, mas sim preceptiva. Na palavras de Bitencourt:

Na omissão ocorre o desenrolar de uma cadeia causal que não foi determinada pelo sujeito, que se desenvolve de maneira estranha a ele, da qual é mero observador. Acontece que a lei lhe determina a obrigação de intervir nesse processo, impedindo que produza o resultado que se quer evitar. Surge aí a figura do garantidor, daquele que deve interromper a cadeia causal.<sup>98</sup>

Não obstante, para além do resultado típico e da posição de garantidor do agente, há ainda um outro requisito exigido para a configuração desta forma de crime: o poder de agir. Com efeito, não basta para a culpabilização penal o evento delitivo e a existência de algum garantidor no mundo sobre o qual incumbe o dever de evitação do desfecho. Constituem-se como requisitos basilares ao dever de agir a possibilidade e exigibilidade concreta, real, física, para tanto.

---

<sup>94</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal: parte geral*. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006, p. 198.

<sup>95</sup> Podendo haver ainda as formas de dolo eventual, em que o agente prevê o resultado e lhe dá anuência, ou culpa consciente, em que o agente prevê o resultado, mas crê que ele não se concretizará.

<sup>96</sup> BIERRENBACH, Sheila. *Crimes omissivos impróprios: uma análise à luz do Código Penal Brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 74.

<sup>97</sup> TAVARES, Juarez. *Teoria dos crimes omissivos*. São Paulo: Marcial Pons, 2012, p. 312-313.

<sup>98</sup> BITENCOURT. Cezar Roberto. *Código Penal: comentado*. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2012, p. 123.

Ora, soaria completamente desarrazoado incumbir o ônus do dever de proteção a uma pessoa que legalmente figure como garantidora, mas que não tinha qualquer possibilidade fática de impedir o dano, que estivesse, por exemplo, do outro lado da cidade, sem ter qualquer tipo de previsibilidade ou conduta omissiva perante determinado contexto de exposição de risco. Sheila Bierrenbach é precisa quanto ao ponto, abordando especificamente sobre a disponibilidade psicofísica do garantidor de intervir na linha dinâmica do perigo:

Gravado na sede dos sujeitos especiais dos delitos omissivos impróprios, o poder de agir constitui-se como pressuposto do dever de agir. Há de ser interpretado como capacidade por parte do omitente de agir com êxito para conjurar o perigo que paira sobre o bem, salvando-o, em consequência, afastando a ocorrência do evento típico. Neste sentido, o dever de agir, que defluiu das posições de garantia elencadas nas alíneas do art. 13, §2º, não prescinde da possibilidade real, física, de atuar do garante. Vale dizer, de sua presença física, quando o perigo se instala ou está na iminência de instalar-se sobre o bem jurídico, bem como da possibilidade de salvá-lo, convenientemente. Assim, o pai é sempre garante dos bens tutelados do filho incapaz, mas só responderá pela omissão se se encontrar na linha dinâmica do perigo, e dispuser de conhecimentos ou habilidades especiais necessários a conjurá-lo. Imprescindível, pois, que o garante esteja psicofisicamente em situação de planejar a ação imposta pela lei (com o fim de salvar o bem em perigo), encontrando os meios e impulsionando seu projeto de ação.<sup>99</sup>

Após uma breve elucidação sobre o tema ora em discussão, contextualizando na dogmática penal a compreensão sobre tal forma de cometimento de crime, passo à análise empírica dos julgados. Tendo ciência de que os crimes omissivos impróprios não são uma tipificação propriamente, sendo uma forma de crime que pode ser conjugada a vários tipos penais, a busca na jurisprudência exigiu uma análise qualitativa de ementas. Através do modo de busca do site do Tribunal de Justiça, pesquisou-se por palavras-chave como “crime comissivo por omissão”, “omissão imprópria”, “forma comissiva por omissão”, entre outros termos para refinar a investigação.

Por serem julgados mais esparsos e pontuais, exigindo maior dedicação na análise, foram escolhidos apenas os 07 acórdãos mais recentes para serem analisados, sendo que a ocorrência majoritária tratava-se sobre crimes sexuais. A base legal para a imputação de crimes cometidos contra infantes em face de mães e pais encontra-se no dever de cuidado previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a proteção integral da criança e do adolescente já em suas disposições preliminares e em seu artigo 4º o dever de proteção das crianças por parte da família:

Lei nº 8.069/1990, artigo 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. [...]

Artigo 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos

---

<sup>99</sup> BIERRENBACH, Sheila. *Crimes omissivos impróprios: Uma análise à luz do Código Penal Brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 74.

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Entretanto, das ações penais encontradas no site do Tribunal de Justiça, as únicas que imputavam crimes também a genitores homens eram casos em que estes eram os autores diretos de crimes. Ou seja, não foram encontrados casos em que homens pais foram responsabilizados pelo instituto de crime comissivo por omissão. E esta é a primeira conclusão relevante ao se investigar tais atos: em que pese tanto genitores quanto genitoras serem legalmente responsáveis e ambos figurarem na posição de garantidores de filhas e filhos, mormente apenas as mulheres são criminalizadas pela não evitação de crime contra as crianças.

Tal questão guarda intrínseca relação justamente com tudo o que foi exposto nos capítulos anteriores, não apenas no que concerne à generificação dos seres como categorização, mas na específica imposição do exercício de criação de filhos e filhas como responsabilidade quase que exclusiva das mulheres. A essencialização desse papel na figura das mulheres influencia, assim, de maneira direta em suas criminalizações, porquanto é imposto socialmente sobre elas estereótipos de uma maternidade superprotetora:

No que tange aos crimes omissivos impróprios, verifica-se que é a mulher quem assume o papel de principal garantidora em relação aos filhos menores, para efeitos do artigo 13, § 2o, alínea “a”, do Código Penal. Raramente se ouve falar de um caso em que o pai foi responsabilizado, por omissão imprópria, em razão de crime praticado contra o seu filho. Em relação às mães, pelo contrário, identifica-se uma tendência de culpabilização que vai além do senso comum da sociedade e ingressa na esfera jurídica, ou seja, na prática de responsabilização criminal.<sup>100</sup>

A lógica social refletida no automático questionamento “onde está a mãe dessa criança?”, ao ocorrer qualquer coisa com um infante, pode ser vislumbrada nos julgados em apreço. No acórdão nº 70065460933, da Terceira Câmara Criminal, caso em que a mãe de uma criança estava sendo processada criminalmente por homicídio na forma omissiva imprópria, foi possível vislumbrar essa questão. Em tal contexto restou demarcado de maneira explícita o controle e julgamento moral de mulheres mães pela não evitação de ofensa a criança, mesmo estando fora de sua possibilidade de agir, o que lhe causou imensa indignação e sofrimento, pois fora rechaçada pela equipe médica e por assistentes sociais ao levar seu filho ao hospital após um mal súbito, tendo em vista que apresentava lesões em seu corpo, ocasião em que recebeu a notícia de seu óbito, como analisado no voto do relator:

---

<sup>100</sup> ALBUQUERQUE, Laura Gigante; OSORIO, Fernanda. A responsabilização de mães em casos de violência sexual contra menores de idade: o instituto da omissão imprópria e a culpabilização da mulher na sociedade patriarcal brasileira. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 14 Women's Worlds Congress (Anais eletrônicos)*, Florianópolis, 2017, p. 05.



Exemplo disso pode ser visto desde o momento do óbito da criança, no nosocômio, quando os médicos e as assistentes sociais começaram a tratar a ré, assim que ela soube do óbito de seu filho, como se depreende de seus relatos, principalmente da primeira oportunidade em que ouvida em sede policial, ocasião em que explicitou em detalhes a indignação pela forma com que fora tratada (fl. 91):

“A depoente está convicta que o médico que a acusou é que “ele ultrapassou os limites humanos” (SIC). A depoente, no dia, pelos fatos que aconteciam com o filho e, no socorro rápido, saiu como estava, mal vestida, de chinelo, etc. Acredita que, apesar disso, a depoente tem voz e que sente-se na obrigação de agir contra os fatos desta natureza, falta de ética médica, falta de profissionalismo, respeito ao ser humano, à dor de uma pessoa que perdeu o ente querido, em especial o filho amado, adorado, ao qual facultou todo o recurso para melhorar sua vida. A depoente trabalha com 250 crianças na escola e, apesar disso, foi tratada como uma mãe relapsa, negligente. PR. A depoente presenciou que a Conselheira Tutelar fotografou com o celular seu filho, ali, morto. PR. Ressalta que na sala em que o filho estava morto, ali entraram muitos profissionais com jaleco branco, ocasião em que o médico Dr. E. falava e apontava a depoente como mãe. PR. Ressalta a depoente que as duas conselheiras tutelares não deixavam a depoente se levantar da cadeira, fazia perguntas impróprias, em momento algum se solidarizaram com a dor da depoente.”

Diante disso, é possível depreender faticamente que o Sistema de Justiça Criminal, ao avaliar processos criminais de mulheres nestes contextos, efetivamente atua como uma instituição residual e complementar na rede de controle informal de subordinação das mulheres, tal como Vera Andrade sustenta, consoante abordado no capítulo 3. Também nessas conjunturas se verifica que a equipe médica e hospitalar se põe em face das mulheres, em ocasiões tão vulnerabilizadoras como a da perda de um ente querido, de maneira hostil, acusatória e incriminante, em articulação com os demais sistemas e instituições, formais e informais. Tais posturas institucionais por parte de componentes da rede hospitalar estigmatizam as mulheres e cerceiam sua autonomia, o que guarda similitude aos casos de aborto: “nega-se que no percurso entre nascer, parir e cuidar das crias há uma pessoa, com seus desejos, suas lutas e idiossincrasias.”<sup>101</sup>.

Em que pese nesse julgamento tenha sobrevivido, na Terceira Câmara Criminal do TJRS, a impronúncia da acusada, tal decisão foi proferida em 2018, nove anos após a ocorrência o fato. Ou seja, mesmo após todos os desdobramentos advindos da morte e estigmatização dessa mulher pela morte de seu filho, ainda hoje está em curso uma ação penal contra ela por homicídio da criança. No que tange à discussão de mérito do processo, a decisão de impronúncia se deu pela ausência de indícios suficientes de que a ré não teria tentado evitar o resultado morte de seu filho, em face do histórico de doenças que ele apresentava e todas as provas de efetivo cuidado por parte da acusada.

---

<sup>101</sup> BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. In: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas: por um direito menos machista*. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 31.

Não obstante, as circunstâncias fáticas são ilustrativas para demonstrar o quanto impera uma lógica social de uma maternidade onipresente e que tudo pode e tudo deve fazer em prol das crianças, nos termos defendidos anteriormente nesta monografia. Mesmo com diversos indícios da precária condição de saúde da criança, na referida situação a acusada foi extremamente hostilizada e humilhada por integrantes da rede institucional de saúde e de assistência, bem como permanece respondendo à ação criminal, apesar de transcorridos mais de nove anos desde o óbito de seu filho.

Seguindo na análise dos julgados, verificou-se que dos sete acórdãos estudados, em quatro deles sobreveio absolvição, sendo um deles o julgado supracitado. Nos demais três casos (acórdãos de números 7007693, 70070517735 e 70069226439), as absolvições se embasaram na insuficiência de indícios de que as genitoras das vítimas tivessem efetiva ciência quanto aos abusos sexuais cometidos contra as crianças. Foram prolatadas decisões com base no princípio do *in dubio pro reo*, porquanto não comprovada efetivamente a conduta de não evitação dos crimes, o que, exigiria, para tanto, a plena demonstração de que as mães tivessem ciência e também poder de impedimento dos atos cometidos, como já referido. Em um dos casos não restou comprovado suficientemente o dolo no agir.

Entretanto, em um desses julgados (acórdão nº 70063826663), houve a prolação de um voto divergente, no sentido de condenação da acusada, cujo teor pode ser assim resumido, conforme trecho que segue abaixo transcrito:

A culpa da ré, data vênia, afigura-se ainda maior do que a do padrasto, pois não foi ela movida pelo instinto irracional, incontido, de satisfação sexual, mas, diversamente, trouxe aos fatos elemento cerebral, pensado, racional de maldade, silenciando consciente e coniventemente com a sanha sexual irrefreada do réu.

Para analisar de maneira conjunta, eis que apontam no mesmo sentido, colo abaixo trecho de outros dois julgados analisados, os quais foram também proferidos no sentido da condenação da acusada:

Em face da falta do dever legal de agir manifestada pela acusada, que permaneceu silente, mesmo após ser cientificada por seu próprio filho dos abusos sexuais praticados por seu então companheiro, resta inafastável a condenação da genitora das vítimas, garante legal destas, que contribuiu sobremaneira para que o codenunciado prosseguisse abusando sexualmente das vítimas. (Apelação Crime nº 70069316594)

Os elementos apontados são suficientes para sopesar negativamente a personalidade da ré na dosimetria da pena. As avaliações realizadas apontam que T. voltava-se apenas aos seus sentimentos e ao seu próprio bem-estar, mesmo que isso significasse o convívio diário com uma pessoa violenta e usuária de substância entorpecente, com risco perceptível, à vista desarmada, para seus filhos. Em decorrência da personalidade narcisista, T. acabava por reatar o relacionamento com A. (Apelação Crime nº 70074065210)

Pois bem, destes três posicionamentos judiciais é possível depreender que os estereótipos de gênero se encontram plenamente imbricados às posições adotadas pelos julgadores. O primeiro trecho, relativo ao voto divergente em uma das decisões absolutórias, é capaz de revelar de maneira totalmente nítida que o desembargador compreendeu pela condenação da acusada em razão de sua condição de mãe e de mulher, crendo que sua responsabilidade criminal era ainda mais exacerbada que a do homem que tinha abusado sexualmente da criança, uma vez que este, justamente por ser homem, apresentaria ontológica sanha sexual irrefreável.

Ora, a essencialização e estereotipação amparada em representações sociais de gênero salta aos olhos, sendo desnecessário tecer maiores comentários, para além de tudo já elaborado na presente monografia. Me limito a enfatizar o quanto as representações sociais se revelam não apenas de maneira tácita, mas por vezes apresentando contornos explícitos nas posições judiciais de nosso sistema jurídico, culminando em ontologismos subjetivistas.

A noção de que uma mãe contribui “sobremaneira” para a perpetração do crime ao não impedir o resultado inverte a cadeia causal e onera, isto sim sobremaneira, a responsabilidade legal que é passível de lhe incumbir. De mais a mais, as outras duas decisões também são paradigmáticas para comprovar a tese central deste trabalho, eis que acabam por cair nos mesmos lugares comuns de imposição de um estereótipo de gênero de maternidade como fundamento para a condenação das rés:

Nos embates é que as construções culturais temporais sobre o feminino - ainda que possuam contornos diferenciados, de acordo com os espaços geográficos nos quais são construídas e modificadas - mostram que seus dogmas operam como normas não escritas, mas que ainda assim interferem de forma decisiva e não raro são a única fundamentação das decisões políticas e judiciais.<sup>102</sup>

Diante de tais questões, pertinente trazer à baila a abordagem feita por Luigi Ferrajoli quanto à teoria do garantismo penal, no que concerne à utilização de ontologismos nos julgamentos penais. Para o autor, a unidade de um sistema penal garantista depende, antes de tudo e acima de qualquer coisa, da configuração dos princípios garantistas “como um esquema epistemológico de identificação do desvio penal, orientado a assegurar”, diferentemente de outros modelos penais históricos, “o máximo grau de racionalidade e

---

<sup>102</sup> BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. In: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas: por um direito menos machista*. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 25.

confiabilidade do juízo”. Assim sendo, o escopo desta unidade seria “de limitação do poder punitivo e de tutela da pessoa contra a arbitrariedade”<sup>103</sup>.

O autor aborda, desde tal episteme, a particularidade do substancialismo penal, apresentada pelos modelos autoritários de direito penal. E explorar tal característica se mostra pertinente em face das fundamentações encontradas naqueles julgados examinados. Dentre os modelos penais autoritários, Ferrajoli caracteriza o que denomina de epistemologia inquisitiva. Para além da classificação estática de epistemes e modelos penais, a análise se mostra relevante no que tange à identificação de que a forma substancialista de julgar é oposta ao modelo penal garantista, o qual foi “de fato, recebido, mesmo que de maneira sumária e lacunosa”<sup>104</sup>, pelos mais diversos sistemas jurídicos.

O substancialismo penal seria, assim, contraposto ao legalismo, tendo em vista que adota uma concepção ontológica ou substancialista do desvio penal. Desde tal forma de julgar, o crime não seria apenas a conduta prevista em lei, mas tudo aquilo que fosse considerado enquanto desvio penal em si mesmo, como atos reputados imorais ou antissociais. A técnica mais difundida de implementação dessa forma de julgar se dá, então, por meio de previsão de figuras delitivas elásticas e indeterminadas.

“Perseguir nem tanto *pelo que se fez, senão pelo que é*”<sup>105</sup> como sendo a máxima a ser combatida através da consolidação de um sistema penal amparado em uma epistemologia garantista. E, com efeito, verifica-se que é justamente isso que ocorre nos casos apontamos acima. As mulheres mães, mediante previsões penais delitivas que são elásticas e indeterminadas, comportando julgamentos morais abrangentes que exacerbam os deveres legais que lhes são impostos, são perseguidas muito mais pelo que são do que por condutas que poderiam lhes ser justificada e legitimamente exigidas.

---

<sup>103</sup> FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed, 2014, p. 38.

<sup>104</sup> FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed, 2014, p. 16.

<sup>105</sup> FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed, 2014, p. 45-46.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho de conclusão de curso, busquei investigar como a construção social de gênero implica na produção de imagens externamente definidas, as quais são utilizadas como mecanismos de controle e de limitação da autonomia das mulheres. Partindo, assim, das teorias de gênero, defendi que a maternidade se apresenta socialmente como uma imagem externamente definida, que impõe tal exercício como algo inerente à própria existência do ser mulher, configurando mecanismo de exploração da mão de obra das mulheres, bem como influenciando na criminalização delas.

Nesse passo, percorri algumas teorias sobre integração de representações sociais na edificação do direito, bem como nos julgamentos e entendimentos firmados por quem opera o sistema de justiça criminal. Desde tal perspectiva, procurei explicitar que o gênero, enquanto categoria social de hierarquização e dominação de sujeitos, influencia nos julgamentos dos casos, porquanto se revela falaciosa a pretensa neutralidade e alheamento social do direito. Para tanto, elenquei como foco de análise os crimes de aborto e crimes comissivos por omissão como pontos fulcrais de objeto, a fim de analisar o estereótipo da maternidade nessas duas formas de incriminação de mulheres.

A partir desse percurso, pude concluir que, efetivamente, a perspectiva de alguns julgadores acaba perpetuando “paradigmas criminológicos conformadores de categorias totalizantes”<sup>106</sup>, encerrando as mulheres em estereótipos coligados à representação social da maternidade. Além disso, vislumbrei que diversos julgamentos investigados se utilizaram de estereótipos que orbitam o imaginário social, contudo ora punindo as mulheres de modo peculiar e mais intenso, ora sendo benevolente, tergiversando as questões de fundo. Porém, verifiquei que em diversos contextos, as formas de julgamento acabam exacerbando os limites de legalidade que o direito penal deve apresentar, deslindando em ontologismos.

Ainda que se possa questionar a própria legalidade, a qual, na senda do sustentado, ela própria se torna eixo de perpetuação de paradigmas que sustentam a dominação de determinados grupos sociais, verifica-se que, em diversas situações, nem mesmo esses parcos limites são observados. Quer dizer, se já se considera problemática a própria previsão legal, a qual engendra em si mesma mecanismos de opressão, o que se revela, na prática, é a existência de diversas posições judiciais que extrapolam esse legalismo, o que impacta em violações e estigmatizações ainda maiores de mulheres.

---

<sup>106</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Nesse sentido, por exemplo, foram as avaliações de julgamentos de crimes de aborto que deixaram de declarar nulidade dos processos pela ilicitude das provas que amparavam as criminalizações. Ademais, também nos casos de crimes comissivos por omissão a legalidade muitas vezes não restou atendida, eis que a posição de julgadores percorreu contornos de explícitos ontologismos, julgando mulheres muito mais pelo que são do que por seus agires.

Constatou-se ainda a articulação do sistema de justiça criminal a outras formas de controle formais e informais das mulheres. O imbricamento entre práticas médicas e jurídicas se mostrou como um ponto relevante nos casos concretos estudados, tendo em vista que ambos os sistemas institucionais reiteradamente atuaram em consonância para a estigmatização e incriminação de mulheres, mesmo que isso significasse expressa violação de direitos, o que veio a corroborar teorias de controle social das mulheres abordadas ao longo do trabalho.

Tais considerações mostram-se ainda mais preocupantes em um contexto de recrudescimento político e de mitigação de direitos fundamentais, como o que ora nosso país vem a enfrentar. Não obstante tal análise, não me parece correto concluir este trabalho em tão pesaroso pessimismo. Com efeito, análises críticas e a disputa de narrativas serão ainda mais relevantes a partir desse momento.

A proposição criativa de novas abordagens e a resistência potente de novos olhares deve conferir o prisma desde o qual se deve partir quando se abordam direitos fundamentais. Quanto às análises aqui suscitadas, as conclusões parecem vir no sentido da necessidade da fundação de novas epistemologias que integrem, efetivamente, uma equidade material de gênero, tendo em vista que os paradigmas nos quais se amparam as categorias jurídicas então postas indicam a iterabilidade de discriminações patriarcais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Laura Gigante; OSORIO, Fernanda. A responsabilização de mães em casos de violência sexual contra menores de idade: o instituto da omissão imprópria e a culpabilização da mulher na sociedade patriarcal brasileira. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 14 Women's Worlds Congress (Anais eletrônicos)*, Florianópolis, 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Introdução à criminologia: uma aproximação desde o poder de julgar*. Trad. e coord. Augusto Jobim do Amaral, Brunna Laporte, Clarice Beatriz Sohngen e Ricardo Jacobsen. 1ª ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002. p. 127-147, 2002.

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASSETE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. *Exame*, 1º dezembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>>. Consultado em 26 de novembro de 2017.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1974.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIERRENBACH, Sheila. *Crimes omissivos impróprios: uma análise à luz do Código Penal Brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Aborto, democracia e laicidade. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Aborto e democracia*. 1. ed., p. 09-16. São Paulo: Alameda, 2016.

\_\_\_\_\_. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BISPO, Andreia Ferreira. Manifesto Clitoriano: gozo, logo não sou idiota. *In*: GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Orgs). *Estudos feministas: por um direito menos machista*. v. 2, p. 15-38. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

BITENCOURT. Cezar Roberto. *Código Penal: comentado*. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil. *Relatório final*, 2013.

BRANDALISE, Camila. 50% dos feminicídios são de homens que não aceitam separação, diz estudiosa. *Agência Patrícia Galvão*, 24/10/2018. Disponível em: <[agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/50-dos-feminicidios-sao-de-homens-que-nao-aceitam-separacao-diz-estudiosa/](http://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/50-dos-feminicidios-sao-de-homens-que-nao-aceitam-separacao-diz-estudiosa/)>. Acesso em 30 de outubro de 2018.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas estratégicas. *Atenção humanizada ao abortamento*: norma técnica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, p. 19.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. p. 151-172. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. *Quadros de Guerra*: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, Carolina Oliveira; TINOCO, Dandara; ARAÚJO, Vera. Tabu nas campanhas eleitorais: aborto é feito por 850 mil mulheres a cada ano. *O Globo*, 19 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tabu-nas-campanhas-eleitorais-aborto-feito-por-850-mil-mulheres-cada-ano-13981968>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução Juliana de Castro Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127. 2016.

CONTE, Vanessa. Aborto legal é tema de colóquio no Hospital Presidente Vargas. *Portal Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, 30 de novembro de 2016. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=190519&ABORTO+LEGAL+E+TEMA+DE+COLOQUIO+NO+HOSPITAL+PRESIDENTE+VARGAS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=190519&ABORTO+LEGAL+E+TEMA+DE+COLOQUIO+NO+HOSPITAL+PRESIDENTE+VARGAS)>. Consultado em novembro de 2018.

DIP, Andrea. Lei é eficaz para matar mulheres, diz especialista. *Pública*, 17 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/09/lei-e-eficaz-para-matar-mulheres-diz-pesquisador/>>. Acesso em setembro de 2018.

DINIZ, Debora Diniz; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. *Pesquisa Nacional de Aborto 2016*. Ciência saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2.

Diretoria de Pesquisa e Acesso à Justiça. *DPRJ traça perfil de mulheres criminalizadas pela prática do aborto*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5372-DPRJ-aponta-perfil-da-mulher-criminalizada-pela-pratica-do-aborto>>. Acesso em abril de 2018.

FACHINETTO, Rochele Fellini. *Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed, 2014.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANÇA, Marlene. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, p. 212-227, jul.-dez. 2014.

GALVÃO, Fernando. *Direito penal: parte geral*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. Violência contra a mulher: contribuições da vitimologia. *Sistema Penal & Violência*, v. 8, n. 1, p. 38-52, jan.jun. 2016.

GOULART, Domenique Assis; ALBUQUERQUE, Laura Gigante; OSORIO, Fernanda Correa. O Sistema prisional construído sob a lógica masculina e as violações contra a mulher em situação de cárcere. *Boletim IBCCRIM*, n. 291, fevereiro 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: JODELET, Denise. (org.). As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LOSCHI, Marília. Tarefas domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres. *Agência IBGE Notícias*, 07 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoem-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres>>. Acesso em novembro de 2018.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA PIRES, Thula Rafaela de. Criminologia Crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em português. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, Ed. RT, v. 135, ano 25, p. 541-562, set. 2017.

OLIVEIRA, João Manuel de *et al.* Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, p. 597-615, 2006.

PIMENTEL, Sílvia; PANDJJIARJIAN, Valéria. *Percepções das mulheres em relação ao Direito e à Justiça*. Sérgio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 1996.

RIBEIRO, Djamila. Linguagem, Gênero e Filosofia: Qual o mundo criado para as mulheres? *Revista Sapere Aude*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROSA, Roberto Sávio. Nietzsche e as razões da culpa. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 13, n. 24, jan./jun. 2013, p. 35-50. 2013.

SACONI, João Paulo, Cotada para ministra diz que 'mulher nasce para ser mãe' e 'infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho'. *O Globo*, 30 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>>. Consultado em novembro de 2018.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal: parte geral*. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990. In: *Educação & Realidade*, v.1S, n.2, jul./dez. 1990.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. *Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*. 13th. Women's Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, 2018

SOUZA, Laura Guedes; SANTOS, Michelle Karen N. dos; MENDES, Soraia da Rosa. Encarceramento de mulheres e a reprodução das relações sociais dos sexos: uma crítica ao sistema pena a partir da criminologia feminista. In: *Anais do I Congresso de*

*Criminologia(s) crítica(s), minimalismo(s) e abolicionismo(s)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

TAVARES, Juarez. *Teoria dos crimes omissivos*. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

*The Handmaid's Tale*. Direção: Mike Barker, Kari Skogland, Reed Morano, Kate Dennis, Floria Sigismondi, Jeremy Podeswa, Daina Reid. Produção: Margaret Atwood, Elizabeth Moss. Nova Iorque: Daniel Wilson Production, 2017. Disponível em: <[www.netflix.com](http://www.netflix.com)>. Acesso em novembro de 2018.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.